



REVISTA ESPECIALIDADES
VOL. 14 - JUL./DEZ. 2018
ISSN: 1984-817X



HISTORIOGRAFIA DOS ESPAÇOS



ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e

Espaços da UFRN - Espacialidades

2018, Volume 14 - ISSN: 1984-817X

Dossiê: Historiografia dos Espaços

Editor-responsável: Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Editora gestora: Maria Luiza Rocha Barbalho

Vice-editora gestora: Thaís da Silva Tenório

Secretário-geral: Matheus Breno Pinto da Câmara

Secretário de comunicações e redes sociais: Ristephany Kelly da Silva Leite

Gerenciador do site: Emanuel Jardel Alves de Oliveira

Normatização: Emanuel Jardel Alves de Oliveira e Ristephany Kelly da Silva Leite

Editores: Rodrigo de Moraes Guerra e Victor André Costa da Silva

Imagem de capa: Beco da Lama, localizado na R. Cel. Cascudo, 156 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-260. Símbolo da boemia potiguar, o espaço foi revitalizado em 2019, para incentivo do turismo na região.
Arte de Thaís da Silva Tenório, com base nas seguintes imagens:
Imagem 1: Retirada de <https://papocultura.com.br/beco-da-lama/>
Imagem 2: Produzida por Rodrigo de Moraes Guerra (rodrigo.morais.guerra@gmail.com)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor: José Daniel Diniz Melo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Marcia das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor: Josenildo Soares Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora: Carmen Margarida de Oliveira Alveal

Vice-coordenadora: Marcia Severina Vasques

**ESPECIALIDADES – REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO
MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Editor-responsável: Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Sala 812. Universidade Federal do
Rio Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP
59078-970 Natal/RN

Disponível/Disponible/Avaliable:

Site: periodicos.ufrn.br/espacialidades | E-mail: espacialidades@gmail.com

NATAL (RN) – BRASIL/2019

CONSELHO CONSULTIVO DESTE VOLUME

Alarcon Agra do Ó – UAHG
Alessandro Dozena - UFRN
Amadja Henrique Borges - UFRN
Angela Maria de Castro Gomes - UNIRIO
Antonio Paulo de Moraes Rezende - UFPE
Claudia Cristina Azeredo Atallah – UFMG/USS
Candice Vidal e Souza - PUC-MG
Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN
Edrisi de Araújo Fernandes - UnB
Élio Cantalício Serpa – UFG
Erica Lopo de Araújo - UFPI
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito - UFPI
Fabrina Magalhães Pinto - UFF
Fagno da Silva Soares - IFMA
Fátima Martins Lopes – UFRN
Flavia Galli Tatsch - UNIFESP
Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior - UFRN
Frederico de Castro Neves – UFC
Gabriela dos Reis Sampaio - UFBA
Gilmar Arruda – UEL
Haroldo Loguercio Carvalho – UFRN
Julio Cesar Mendonça Gralha – UFF
Juliana Teixeira Souza – UFRN
Júnia Ferreira Furtado - UFMG
Jose Otavio Aguiar– UFCG
Leila Bianchi Aguiar - UFRJ
Luzia Margareth Rago – UNICAMP
Márcia Maria Menendes Motta – UFF
Marcia Severina Vasques – UFRN
Márcio Roberto Voigt (UFSC)
Margarida de Souza Neves – PUC/ RJ
Maria Helena Rolim Capelato – USP
Manoela da Silva Pedroza - UFRJ
Nauk Maria de Jesus - UFGD
Raimundo Barroso Cordeiro Júnior – UFPB
Raimundo Pereira Alencar Arrais – UFRN
Regina Horta Duarte – UFMG
Rubenilson Brazão Teixeira - UFRN
Sônia Maria de Meneses Silva – URCA
Susana Cesco - UFF
Teresa Cribelli - UNIVERSITY OF ALABAMA
Thiago Eustáquio da Mota - UPE

SUMÁRIO

Apresentação.....06

Dossiê

A geografia-histórica da região metropolitana de Belém.....10

Luiz Augusto Soares Mendes (UFF)

Taperoá: a capital literária do sertão-reino de Ariano Suassuna.....40

Jossefrania Vieira Martins (UFRRJ)

A experiência da espacialidade colonial: São Luís, cercanias e sertões (final do século XVII e início do século XVIII).....63

Mariana Ferreira Schilipake (UFPA)

Resenha

“The secret War: Spies, Ciphers and guerrilhas 1939 – 1945” - Max Hastings (HarperCollins Publishers, 2015)84

Raquel Anne Lima de Assis (UFRJ).

Entrevista

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (UFS).....88

Corpo Documental

FONTES APEC-PET.....96

Apresentação

Frequentemente, para respondermos qual o cerne da História como disciplina, recorreremos à relação da ação humana ao longo das diferentes temporalidades, portanto, centralizamos o Tempo como a dimensão fundamental do conhecimento histórico. Todavia, conforme a História foi avançando, a sua complexidade também o foi, deste modo, à dimensão temporal – que ainda permanece como dimensão central da ciência histórica – foi incorporada outras dimensões fundamentais de serem perscrutadas para a compreensão da disciplina. Escopo da *Revista*, o Espaço surge, destarte, como uma dessas novas dimensões a serem questionadas para o enriquecimento das produções historiográficas sob os mais diversos prismas e problemáticas.

Partindo do pressuposto teórico de que a produção histórica é circunstancial, logo, suscetível de mudanças, de acordo com as diferentes interpretações da mesma, a dimensão espacial traz consigo novas perspectivas capazes de questionar a história e a memória oficial; traz consigo a capacidade de descristalização do conhecimento histórico consagrado; traz, sobretudo, um novo campo de análises que ainda tem muito a dizer. Como afirmou, certa vez, à Revista *Espacialidades*, o Prof. Dr. Durval Muniz: “A história, para mim, é uma empresa crítica, no sentido de abrir possibilidades de vermos coisas diferentes. Não é crítica no sentido de oferecer uma alternativa, no sentido de dizer o que é correto, mas crítico no sentido de abrir possibilidades de pensarmos diferente, de sermos diferentes, de caminharmos diferente. A história não é para oferecer receitas, mas para abrir horizontes, abrir possibilidades, fazer a gente enxergar num dado lugar, numa dada estrada, muitas veredas, muitas possibilidades de divergir, sair para o diverso, perceber os devires”. Logo, os estudos que analisam, para além do tempo, a historicidade dos espaços, preenche uma lacuna, possibilitando novos *insights* e representando a essência da

história como ciência questionadora.

Dito isso, o presente dossiê traz artigos que contemplam a dimensão espacial como posto basilar de suas discussões, contribuindo, assim, para a *Historiografia dos Espaços*. Agradecemos imensamente aos membros do Conselho Consultivo que com muita generosidade, celeridade e, acima de tudo, competência, contribuíram com pareceres sérios e consistentes que garantiram a qualidade do presente dossiê. Agradecemos também aos colaboradores que, através de suas contribuições, garantem a continuidade da discussão crítica sobre diversos conceitos que abordam as espacialidades enquanto objeto histórico.

Abrindo o dossiê temos o artigo “A geografia-histórica da região metropolitana de Belém”, de Luiz Augusto Soares Mendes. O doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense busca fazer uma análise histórica da produção do espaço das cidades que compõem a região metropolitana de Belém. Desse modo, o objetivo é revelar os aspectos econômicos, populacionais, sociais e a incorporação das cidades no processo de metropolização, gerando marcos espaço-temporais comuns a história das cidades alvo desse processo.

Em seguida temos o artigo “Taperoá: a capital literária do sertão-reino de Ariano Suassuna”, da historiadora Jossefrania Vieira Martins, doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O artigo relaciona história, literatura e espaço, além de explorar alguns elementos da obra do escritor paraibano Ariano Suassuna. A autora faz um paralelo entre a dinâmica espacial presente na vida do autor e suas marcas na produção literária do mesmo. Um dos objetivos do artigo é o de entender como as interações entre esses espaços vividos pelo autor se relacionam com um conceito de sertão a partir da literatura.

O próximo artigo do dossiê intitula-se “A experiência da espacialidade colonial: São Luís, cercanias e sertões (final do século XVII e início do século XVIII)”, escrito por Mariana Ferreira Schilipake. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, a autora busca discutir a espacialidade do território do Maranhão entre o final do século XVII e início do

século XVIII. A perspectiva trabalhada pela historiadora, a qual busca compreender a relação de São Luís com as cidades circundantes, ajuda-nos a pensar a complexa dinâmica social da região nestes séculos, para além de contraposições entre espaços urbanos e rurais.

Compondo o volume 14 da revista espacialidades, trazemos a resenha do livro “*The secret War: Spies, Ciphers and guerrilhas 1939 – 1945*”, do historiador britânico Max Hastings e feita por Raquel Anne Lima de Assis. O livro busca apresentar como ocorreram as batalhas da guerra secreta entre o Eixo e os Aliados durante a segunda guerra mundial.

Na sessão “Entrevista”, temos a honra de apresentar a entrevista concedida pelo professor doutor Dilton Cândido Santos Maynard, professor colaborador no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ), professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS (PPGED/UFS) e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFS (Profhistória UFS). Na entrevista, Dilton Maynard falou sobre seu trabalho com representação, História do Tempo Presente e Ciberespaço.

Para fechar o volume 14 da Revista Espacialidades, trazemos a segunda parte do corpo documental referente à história da escravidão no Ceará. Essas fontes foram catalogadas pelo Programa de Educação Tutorial em História da Universidade Federal do Ceará, tendo como objetivo mapear documentos ligados à compra e venda de escravos no estado, ao longo do século XIX, entre os anos de 1843 a 1879. O Projeto, intitulado Fundo Documental e Guia de Fontes para a História da Escravidão no Ceará, foi realizado pelos bolsistas do Programa e teve início em 2007, com o mapeamento do corpo documental e catalogação destes, no qual resultou em fichas/resumo e sistematização desses documentos, concluída em 2012. O projeto catalogou cerca de 12 livros, que se encontram em sua versão original, no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Nesse sentido, é com imenso prazer que a Revista Espacialidades apresenta aos seus leitores, mais um trecho destas fichas/resumos. Agradecemos novamente ao Programa de Educação Tutorial pela

confiança, em especial à Kênia Rios, Viviane Nunes e Tayná Moreira.

O editor-chefe e a Equipe editorial da Revista Espacialidades desejam a todos uma boa leitura!

Editor-chefe: Magno Francisco de Jesus Santos

Equipe editorial:

Arthur Fernandes da Costa Duarte - (mestrando do PPGH/UFRN)

Emanoel Jardel Alves Oliveira - (mestrando do PPGH/UFRN)

Maria Luiza Rocha Barbalho - (mestranda do PPGH/UFRN)

Matheus Breno Pinto da Câmara - (mestrando do PPGH/UFRN)

Ristephany Kelly da Silva Leite - (mestranda do PPGH/UFRN)

Rodrigo de Moraes Guerra (mestrando do PPGH/UFRN)

Thaís da Silva Tenório - (mestranda do PPGH/UFRN)

Victor André Costa da Silva (mestrando do PPGH/UFRN)

A GEOGRAFIA-HISTÓRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Luiz Augusto Soares Mendes¹

Artigo recebido em: 13/12/2018.

Artigo aceito em: 26/03/2019.

RESUMO:

O presente artigo faz um resgate histórico da produção do espaço das cidades que compõem a Região Metropolitana de Belém. Optou-se por iniciar construindo a unidade metropolitana, a partir da gênese institucional desse arranjo. Desse modo, o marco temporal parte do ano de 1973, quando são institucionalizadas as regiões metropolitanas no Brasil. Objetiva-se resgatar o histórico do espaço metropolitano, revelando os aspectos econômicos, populacionais, sociais, bem como a pobreza e situar ao longo do tempo a incorporação de cidades ao processo de metropolização. Dimensão essa que revela vários marcos espaço-temporais comuns à história das cidades hoje sob o efeito da metropolização.

PALAVRAS-CHAVE: Região Metropolitana de Belém – Processos históricos – Metropolização

RÉSUMÉ:

L'article présent fait un sauvetage historique de la production de l'espace des villes qui composent la Région Métropolitaine de Belém. Elle a opté de commencer à construire l'unité métropolitaine, commençant de la genèse institutionnelle de cet arrangement. De cette façon, la marque provisoire c'est de l'année de 1973, quand on institutionnalise les régions métropolitaines brésiliennes. Il vise à sauver le rapport de l'espace métropolitain, révélant les aspects économiques, la population, sociale, aussi bien que la pauvreté et situer temporairement l'incorporation de villes au processus de métropolisation. La dimension qui révèle plusieurs marques spatiales aujourd'hui communes à l'histoire des villes sous l'effet de la métropolisation.

CLE-MOTS: Région Métropolitain de Belém - Processus historiques – Métropolisation

¹ Doutor em geografia pela Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/4824089487451161>. Este texto apresenta parte do 2^a capítulo da tese de doutorado intitulada: Urbanização metropolitana estendida: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

* * *

1. Introdução

O resgate da produção geográfica e histórica da expansão urbana da Região Metropolitana de Belém (RMB) parte da análise dos processos desencadeados no núcleo urbano principal. Realiza-se a descrição de várias dimensões da complexidade urbana até o processo atual de reestruturação metropolitana. Busca-se de maneira falar pouco da produção do urbano de Belém em si, considerando que este foi ao longo dos anos objeto de uma gama de pesquisas de diferentes autores, seja no âmbito da geografia, seja no das outras ciências sociais e humanas na Amazônia.

Neste texto a ênfase assenta-se nos processos que caracterizam a produção metropolitana do espaço, que decorreu da ocupação das áreas alagadiças (as baixadas), sendo assim mapeadas as formas de ocupação do núcleo de Belém por dinâmicas imobiliárias, como o processo de verticalização. Busca-se expor os processos de metropolização do espaço, mostrando a sua produção dispersa, conhecida como a “cidade dispersa”², mais ainda a urbanização confinada. Revelando que a partir da Lei Complementar nº 14/1973, Belém e Ananindeua começam formalmente a serem consideradas as cidades da RMB. (LAMARÃO, 1989; TRINDADE JR., 1998).

Os processos de urbanização em nível de Brasil e a forma como os projetos de desenvolvimento econômico foram implantados na Amazônia, incentivaram uma forte migração às cidades do Pará. Crescimento observado no nordeste paraense, sobretudo nas cidades próximas à Belém, que no decorrer dos anos, algumas, foram anexadas à RMB. Na **tabela 01**, verifica-se o crescimento populacional na RMB:

Tabela 01 - Crescimento populacional da Região Metropolitana de Belém

REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM- POPULAÇÃO (1970/2017)						
MUNICÍPIO	1970	1980	1991	2000	2010	2017

² A definição de cidade dispersa fora concebida por Trindade Jr. (1998) ao explica a produção do espaço metropolitano da Região Metropolitana de Belém. Chama de cidade dispersa a produção das cidades de Ananindeua, Marituba e Benevides, caracterizada por novos espaços de assentamentos urbanos desconcentrados, que podem ser situados nas tipologias de planejados, espontâneos e dirigidos.

Belém	642.514	949.545	1.244.689	1.280.614	1.393.399	1.452.275
Ananindeua	23.137	66.988	88.151	393.569	471.980	516.057
Marituba	-----	-----	----- ¹	74.429	108.246	127.858
Benevides	14.565	22.669	68.465	35.546	51.651	60.990
Santa Bárbara do Pará	-----	-----	11.449 ²	11.378	17.141	20.492
Santa Izabel do Pará	16.505	24.309	33.329	43.227	59.466	68.836
Castanhal	38.397	66.865	102.071	134.496	173.149	195.253
TOTAL	665.651	1.016.533	1.412.745	1.795.536	2.101.883	2.441.761

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e estimativa populacional de 2017).

■ Legenda:

Dados não entram na contagem devido aos municípios não fazerem parte da Região Metropolitana de Belém;

1 – Não há dados desse Município, visto que ele passa a existir em 1995, desmembrado do Município de Benevides;

2 - Elevado à categoria de município, pela lei estadual nº 5.693/13.12.1991, desmembrado de Benevides.

Pode-se observar que hoje a RMB é composta por sete cidades, estão articuladas em diferentes dinâmicas de incorporação à urbanização de caráter metropolitano. Um processo de produção do espaço que é acompanhado não mais pela concentração populacional, mas sim pela dispersão, compondo uma região urbana concentrada e dispersa. Assim, o artigo possui dois objetivos, um de realizar um resgate histórico da produção do espaço metropolitano, revelando os aspectos econômicos, populacionais, sociais e a pobreza urbana. E o segundo, de demonstrar a incorporação dos demais núcleos urbanos à RMB, com o propósito de se chegar aos dias atuais, situando essa expansão para além das normativas oficiais do Estado.

Os procedimentos metodológicos estão assentados na identificação das atividades econômicas iniciais das cidades aqui estudadas. Assim como, na realização de análise documental, leituras de trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) que se debruçaram na produção do espaço urbano de Belém. Pesquisa em periódicos das décadas de 1970 e 1980, em livros históricos que tratam da realidade urbana em estudo, assim como pesquisa em arquivos e bibliotecas públicas de todas as sete cidades da RMB.

Portanto, organizou-se a exposição desse texto a partir de uma lógica temporal de inserção dos municípios à RMB, possível por meio da análise de Leis e Decretos desde a década de 1970, quando da criação da metrópole. Situa-se uma boa parte do texto à produção das cidades de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, e às recentes inclusões de Santa Izabel do Pará e de Castanhal.

2. A gênese metropolitana: Belém e Ananindeua

A RMB começa a se constituir na década de 1960 e é oficializada por meio da Lei Federal nº 14/08.06.1973, composta por Belém e de Ananindeua³, tendo um contingente populacional de 665.651 habitantes (IBGE, 1980). A ocupação de Ananindeua decorre das diversas formas de habitações e assentamentos produzidos fora do centro de Belém, conhecida como “segunda légua patrimonial”, a partir da década de 1970, colocadas como expressões iniciais da metropolização.

As formas como se deram as ocupações dentro da primeira légua patrimonial⁴, possibilitam compreender a produção metropolitana (TRINDADE JR., 1998). Elas seguiram dois formatos: a confinada e a dispersa; a primeira caracteriza-se pelo “confinamento da pobreza”, marcada pela ocupação de palafitas nas baixadas e pela verticalização nos bairros centrais - Nazaré, Comércio e Reduto, como habitação para a alta renda a partir de 1940 e expande-se na década de 1970. (OLIVEIRA, 1992). A **figura 01** ilustra esse crescimento vertical:

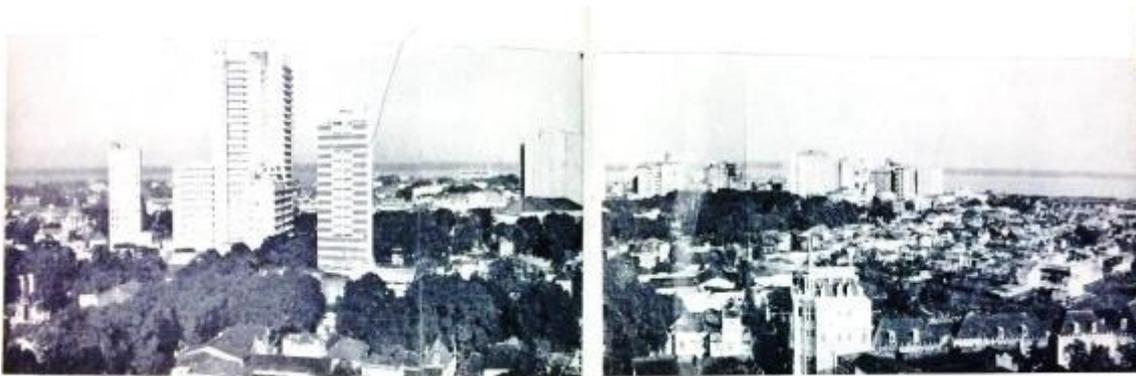


Figura 01: O início da verticalização em Belém em 1965, bairros do Nazaré, Comércio e Reduto.
Fonte: Cruz (1973)

³ A Lei nº 14/1973 institucionalizou as sete primeiras regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém.

⁴ Segundo Trindade Jr. (1998, p. 101) é uma área de 4.110 há, o patrimônio fundiário inicial de Belém, doado pela Coroa Portuguesa em 1627. Consiste num traçado de uma légua, contada a partir do marco de fundação da cidade, o Forte do Castelo. Em forma de arco de quadrante das margens da baía do Guajará, no sul com o Rio Guamá em direção norte demarcado no início do século XVII.

Nesse processo de urbanização confinada, há nas baixadas a execução de políticas urbanas de saneamento que foram possíveis com a remoção das populações pobres, em ações da Prefeitura Municipal de Belém e do Governo do Estado do Pará, e consistiam em remoções e limpeza social⁵, políticas que visavam à melhoria das áreas alagadas em que a população vivia deprimente (ABELEM, 1982).

As famílias eram removidas para que o alagado fosse aterrado, os rios canalizados, e houvesse a abertura de ruas, com pavimentação, saneamento básico, esgoto e iluminação pública; ações que, por consequência, tornaram esses espaços atrativos ao capital imobiliário (ABELEM, 1982). A população removida das baixadas era alocada depois do limite da primeira légua patrimonial, ultrapassando o cinturão institucional⁶.

A segunda característica do processo de urbanização é a produção da cidade dispersa, que consiste na ocupação da segunda légua patrimonial, que iniciou com construção de assentamentos planejados e espontâneos. Os planejados eram no formato de conjuntos habitacionais, produzidos pela Companhia Nacional de Habitação do Pará (COHAB-PA) e pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Pará (IPASEP), financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). (TRINDADE JR., 1998).

Os assentamentos espontâneos, ocorriam em áreas ocupadas com fins de habitação, denominadas de “invasões” que espalhavam-se pela RMB. A metropolização ocorre com a expansão desses espaços que de maneira precária,

⁵ Abelém (1982, p. 71) afirma que [...] os alagados de Belém são ocupados principalmente por migrantes que, em busca de melhores condições de vida, procuraram a “cidade grande”. Um importante projeto de revitalização foi da Macrodrenagem da Bacia Una, que segundo Santos (1998, p. 15) consistia na revitalização de canais e de áreas alagadas de Belém, feitas pelo Governo do Estado, a partir do ano de 1995, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Abrangia 60% do território de Belém, afetava 543.543 habitantes, em 100 mil domicílios. O programa atingia uma porção de terras que se prolonga desde a Baía do Guajará até a área de expansão próxima à Rodovia BR-316 e à Avenida Augusto Montenegro.

⁶ Chamam-se de Cinturão Institucional as áreas de grande extensão dentro do perímetro urbano de Belém, de propriedade dos Ministérios da Marinha, Aeronáutica e Exército: Aeroclube, Aeroporto de Val-de-Cães; Universidade Federal do Pará, Embrapa/CPATU, Santa Casa de Misericórdia do Pará, Eletronorte e outras..., e que se localizam nas imediações dos limites da 1ª Légua Patrimonial.

“colocavam a população pobre” para fora da cidade, em “cidades satélites”. Ocupam grandes eixos viários e a parte insular de Belém, as Ilhas de Outeiro (Caratateua) e Mosqueiro (TRINDADE JR., 1998).

Ao longo da Avenida Augusto Montenegro, da Rodovia BR-010 e da Estrada do Coqueiro foram projetados conjuntos habitacionais e ocupações espontâneas, sendo construídas 22.019 habitações pela COHAB (4.411 em Belém e 17.608 em Ananindeua, distribuídas em 119 conjuntos edificadas entre os anos de 1960-1990) e 4.954 pelo IPASEP, entre 1955-1989. Esses dois órgãos foram responsáveis pela ocupação nos referidos vetores, principalmente no eixo da Avenida Augusto Montenegro, onde o conjunto pioneiro é o “Nova Marambaia”, edificado a partir de 1968. (TRINDADE JR., 1992, p. 165).

Os conjuntos habitacionais colocam-se como dispositivos cruciais para entender a conformação da RMB, pois é com o financiamento e os benefícios dados pelo Estado para as empresas da construção civil, estruturadas como cooperativas⁷, que surge um setor imobiliário forte. Responsável por introduzir os condomínios fechados na produção da RMB. (TRINDADE JR., 1998, p. 176).

Aponta-se que além da formação de um circuito imobiliário desenhado via financiamento do Estado, há uma produção do espaço metropolitano a partir de uma forma espacial coercitiva, processo que exclui o pobre do centro, da cidade confinada⁸. Se antes o pobre estava nas baixadas alagadiças, como “anfíbio”, a partir de 1970 ele passou estar relegado à segunda légua patrimonial, fora do Centro e dos dinamismos de inserção completa do urbano. (TRINDADE JR., 1992).

⁷ Trindade Jr. (1998, p 226 - 228) afirma que as cooperativas eram compostas agentes imobiliários que se enquadravam na categoria de sociedade civis mutualistas e ou coletivas sem “fins lucrativos”, para atuar na produção de habitações em conjuntos habitacionais com destinação a classe baixa e média com recurso da Caixa Econômica Federal, a partir do Programa de Cooperativas Habitacionais (COOPHAB).

⁸ A ideia de cidade confinada apareceu pela primeira vez no trabalho de Trindade Jr. (1998), quando tratou da realidade urbana dentro em uma área de 4.110 hectares que constituiu o patrimônio fundiário inicial da municipalidade, o chamado “rossio”. Um traçado de uma légua, contado a partir do marco de fundação de Belém. Local em que foram ocupadas as áreas alagadiças pela população pobre, e as áreas mais altas com prédios, pela população de alta renda, e no decorrer dos anos intensificou-se a urbanização, como marco de difusão de uma vida metropolitana.

É a partir das políticas habitacionais desenvolvidas por tais órgãos estatais que há uma modificação na estrutura de vida da população de Belém e Ananindeua. A população que habitava Ananindeua foi inserida na dinâmica metropolitana pela dispersão do urbano, sendo os pobres banidos da cidade, ocasião em que há a construção do complexo de conjuntos habitacionais da Cidade Nova (RODRIGUES, 1988).

Antes de se aprofundar na discussão da metropolização, é preciso salientar que as origens do Município de Ananindeua, estão intimamente ligadas à dinâmica ribeirinha, às atividades extrativistas e à pecuária ao longo do Rio Maguari. Assim como, a constituição de um povoado no entorno da estação Estrada de Ferro de Bragança (EFB), no ano 1908 denominado de “Coqueiro”.

No ano 1938, por meio de ato do governo do Estado do Pará, Ananindeua é elevada à categoria de Distrito de Belém, e com seu o crescimento populacional elevado, a cidade em 1943, fora transformada em de Município. Emancipação ancorada no Decreto de Lei Estadual nº 4.505/30.12.1943, promulgado pelo então governador/interventor Magalhães Barata. (CRUZ, 1955). Na **figura 02** se visualiza dois períodos históricos diferentes, no limite entre Belém e Ananindeua. Um no ano de 1973, com nenhuma construção, e o outro no de 2017, com as modificações metropolitanas na sua efervescência.



Figura 02: Limite Municipal entre Belém e Ananindeua em 1973 (esquerda) e em 2017 (direita).

Fonte: Pesquisa Documental e Pesquisa de campo. Novembro/2017.

A estruturação histórica de Ananindeua têm três núcleos centrais. O bairro Centro, a partir da instalação do prédio da prefeitura às margens da BR-010, no quilômetro 08, que provoca o surgimento de uma centralidade nos arredores da administração municipal. A do Complexo Cidade Nova, que surge como lugar de centralidade do ponto de vista da moradia. E a da área de conurbação com Belém, expressa na **figura 02**.

Em relação à Cidade Nova, que é constituída por 14 conjuntos habitacionais, ela fora construída em várias etapas. A primeira parte são os conjuntos Cidades Novas I ao IX, Guajará I e, depois pelo complexo do P.A.A.R., este composto pelos conjuntos Pará, Amazonas, Acre e Rondônia⁹. Somados todos os conjuntos, houve um total de construção de 19.902 habitações, atendendo a uma população de 100.677 pessoas. (RODRIGUES, 1988). Nas décadas de 1980 e 1990, o crescimento populacional de Ananindeua foi de 300%, tendo como destaque a construção dos conjuntos habitacionais e também por ocupações espontâneas devido à ingerência da política habitacional e a imensa pobreza na RMB. Na **figura 03**, observa-se a dimensão do espaço construído no conjunto Cidade Nova e a sua inauguração.



Figura 03: Vista aérea da Cidade Nova 1980 (esquerda) e Inauguração do Conjunto Cidade Nova IX em 1986 (direita).

Fonte: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com.br/2014/01/anandindeua-em-10-momentos-da-sua.html>. Acesso em: 15/08/2017; e Rodrigues (1988).

⁹ P.A.A.R. é um termo formado a partir das iniciais dos quatro conjuntos habitacionais previstos para implantação junto aos conjuntos Cidades Novas e Guajará, não construídos. Seriam os conjuntos Pará, Amazonas, Acre e Rondônia.

As imagens revelam a “forma coercitiva” de habitação (TRINDADE JR., 1998), ou ainda as “continuidades dos desenhos urbanísticos segregatórios e excludentes” (RODRIGUES, 1988). Aspectos copiados da produção do espaço de Belém, implantando diferenças de ocupação citadina interclasses sociais a partir dos projetos estatais de produzir conjuntos habitacionais distante dos centros urbanos.

É a caracterização da periferização da classe média direcionada para Ananindeua a partir da proliferação de habitações espontâneas e planejadas. “O espaço desse Município torna-se uma reserva já escassa para a demanda de projetos habitacionais e para a conquista popular pela via das invasões”. (RODRIGUES, 1998, p. 141). A especulação fundiária, as reformas urbanísticas no Centro de Belém e o monopólio fundiário do Estado atuando na conformação do Cinturão Institucional, forçaram, via produção habitacional e o processo de ocupações de terras, o deslocamento da população para as glebas disponíveis nos demais municípios da RMB, nas décadas de 1990 e 2000.

A produção de espaços de assentamentos de baixa renda (ocupações espontâneas) alocados nos vetores que direcionavam e direcionam a expansão do crescimento metropolitano, eram acompanhados de maneira acentuada, pela precarização do baixo terciário, do consumo e do trabalho informal (ALVES, 1997). Eram mais de 223 ocupações espontâneas por toda a RMB, conforme a **tabela 02**:

Tabela 02 – Ocupações de terras na Região Metropolitana de Belém

ÁREA	Nº DE OCUPAÇÕES	%
Primeira Légua	16	7,17
Área de expansão imediata	13	5,83
Eixo da Av. Augusto Montenegro	53	23,77
Eixo da Rod. BR-010/BR-316	141	63,23
TOTAL	223	100,00

Fonte: Alves (1997, p. 33) e Trindade Jr. (1998, p. 184).

As práticas de “invasões de terras” são ações marcantes da ocupação da terra urbana e revelando uma complexidade dos agentes produtores do urbano (TRINDADE JR., 1998). São manifestações da pobreza de uma população que na década de 1980 atingia mais de 1.000.000 habitantes, onde desse total aproximadamente 22% dos chefes de famílias estavam desempregados, e 49%

recebiam até dois salários mínimos. Habitando espaços com ausência de saneamento básico, de escolas, de postos de saúde, etc. (ALVES, 1997, p. 43).

Somente no ano de 1995, 70.532 famílias estavam envolvidas no processo de ocupações de terras, ocasionado pela ausência de uma política habitacional capaz de resolver a pobreza na RMB. No caso da ocupação do PAAR, era uma área de 1.823.085.14m², destinada à construção de 4.289 unidades habitacionais pela COHAB-PA, e seria composto pelos conjuntos Pará, Acre, Amazonas e Rondônia - P.A.A.R. (ALVES, 1997).

Por meio do processo de produção de ocupações espontâneas pelos grupos sociais excluídos e marginalizados na RMB, passou a existir um movimento intenso de articulações entre esses grupos. O Estado e os pequenos proprietários fundiários que, pela insuficiência do sistema financeiro habitacional e poucos recursos de financiamento que pudessem contemplar satisfatoriamente essa política, encontraram como saída o incentivo à ocupação de glebas ou de conjuntos habitacionais não concluídos, produzindo o que é nomeado de “Indústria das invasões”¹⁰ (TRINDADE JR., 1998).

Não apenas a “invasão do Paar” contribuiu com a produção do espaço urbano de Ananindeua, mas também várias outras que estão dispostas nesse município, tanto as situadas na margem esquerda da BR-010, quanto às da margem direita. Era a “conformação metropolitana decorrente da incorporação de cidades e vilas próximas a Belém”, constituindo uma “malha urbana conurbada que, ainda que fragmentada, possui uma produção marcada por ambiguidades”. Um processo que apresentava a consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado” e ainda, o crescimento do baixo terciário, do déficit habitacional, da

¹⁰ Para Trindade Jr. (1998), havia uma trama estabelecida entre os diversos agentes envolvidos na produção dos assentamentos espontâneos. Essa combinação de pactos diversos em que estavam envolvidos o Estado, a população e os proprietários fundiários se intitula de “Indústria das Invasões”. Todos se beneficiavam: a população por receber apoio e incentivo à invasão com promessa da casa própria; os proprietários por se beneficiarem com a venda dos terrenos ao Estado e a chegada de infraestrutura aos locais das ocupações, além do governo local, que aparecia como o “solucionador” dos problemas e, muitas vezes, por ser o incentivador da área ocupada, recebia a homenagem da população, sendo a área batizada com o nome do referido governante ou do incentivador da ocupação.

favelização acentuada, da insuficiência de serviços, isto é, a periferia, os espaços da expansão metropolitana (TRINDADE JR., 1998, p. 94).

Além da produção de assentamentos precários como os conjuntos habitacionais e as ocupações espontâneas, há a implantação de condomínios fechados. Observa-se, pois, a instalação de unidades pontuais na área de expansão, como o Lago Azul, implantado em 1969 na BR-010, o *Greenville I* e o *Green Garden* (em 1989 e 1990), implantados na Avenida Augusto Montenegro (Belém) e na Avenida do Coqueiro (Ananindeua), respectivamente.

Outro aspecto a se considerar é o crescimento urbano da RMB. Esse aspecto pode ser observado na **figura 04**, evidencia-se a mancha populacional urbana concentrada:

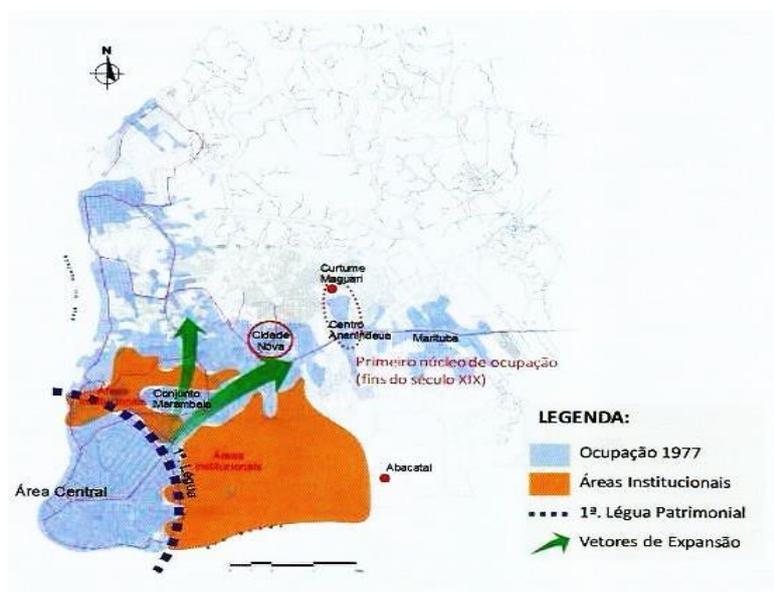


Figura 04: Crescimento urbano da Região Metropolitana de Belém-1990.

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação de Ananindeua (2012).

A figura permite notar a espacialização de vários processos que compõem a produção do espaço urbano na RMB. Inicialmente, a transposição da primeira légua patrimonial; em seguida, a direção do crescimento no eixo da Avenida Augusto Montenegro para o norte de Belém; e, por último, a expansão urbana para a BR-010 em Ananindeua e, depois, para Marituba.

3. Da Estrada de Ferro de Bragança à BR-010: a importância da política rodoviária na produção metropolitana

Os eixos viários, o arruamento e a abertura de vias foram cruciais para o processo de metropolização que se apresenta. Uma via histórica que marca o surgimento da maioria dos núcleos urbanos da RMB é a Estrada de Ferro de Bragança (EFB). Inaugurada em 1884, ela se estendia por 229 quilômetros, de Belém até o município de Bragança, situado na mesorregião do nordeste paraense.

Devido os problemas administrativos e financeiros foi concluída apenas em 1908 e inaugurada por Augusto Montenegro, então governador do Estado, sendo este o ano do seu efetivo funcionamento (CRUZ, 1955). Na **figura 05** é possível visualizar a extensão da EFB até o Distrito de Castanhal. Destacam-se os povoados e pontos de parada como de Ananindeua, Marituba, Benfica, Benevides e Santa Isabel. Uma comprovação de que as cidades que atualmente compõem o espaço metropolitano têm um vínculo histórico com a EFB:



Figura 05: Estrada de Ferro de Belém-Bragança.
Fonte: Cruz (1955).

A EFB tinha uma influência sobre um vasto território, com uma área de influência de um território de pouco mais de 30 mil quilômetros quadrados (LEANDRO; SILVA, 2012). A dimensão da influência da EFB articula uma conjuntura histórica e mostra seu alcance, em 17 municípios no nordeste do Pará,

efetivando a circulação de imigrantes na maioria dos núcleos e vilas que se estruturaram como cidades.

Acarretou uma considerável circulação de produtos agrícolas à Belém, o que serviu de argumento do governo da época junto à sociedade paraense para justificar a construção da EFB. Houve um crescimento da migração e da população das localidades sob a influência da ferrovia, assim sua importância às localidades e à circulação de mercadorias, produtos e pessoas é significativa no período áureo da borracha, 1880 a 1920. (LEANDRO; SILVA, 2012).

Devido à diminuição dos investimentos na produção agrícola da Região do Salgado e da Bragantina e, também em consequência de outra forma de política de transportes que se implanta no Brasil, em 1965 a EFB foi desativada. Em seu lugar constrói-se a Rodovia BR-010 e os seus ramais viram rodovias estaduais, que mostram como o veículo automotor será importantíssimo na produção do espaço no decorrer dos anos.

Na **figura 06** compara-se a dimensão da EFB, com parte da BR-010 e parte da BR-316. E se percebe não a sobreposição dos eixos viários ao ferroviário, mas sim a modificação das dinâmicas socioespaciais por transformarem as ligações do intra-regional para o nacional.

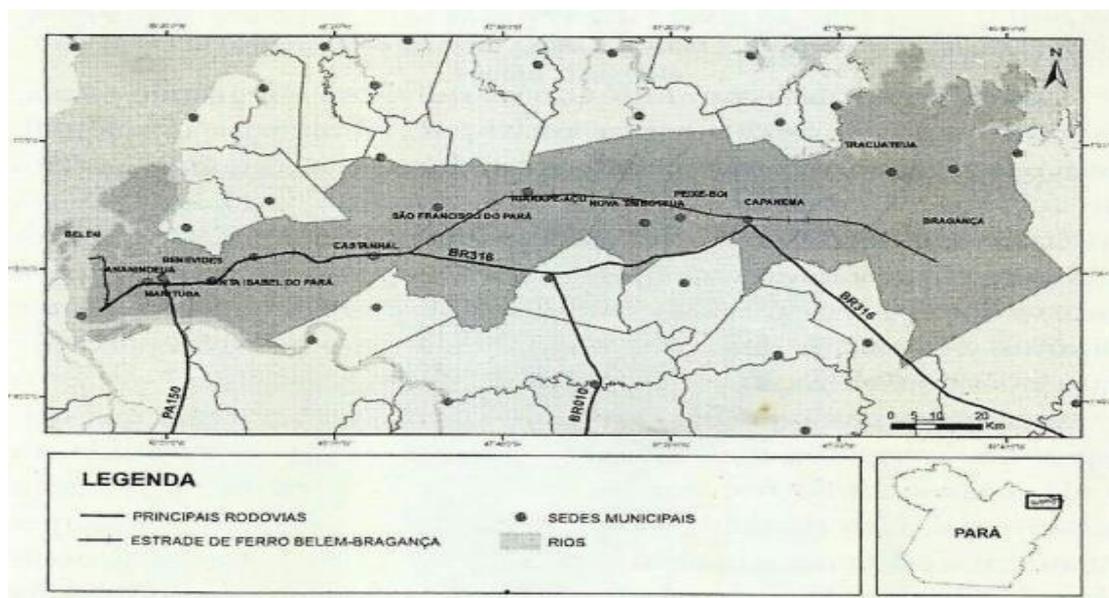


Figura 06: Comparação da Estrada de Ferro Belém-Bragança, com parte das Rodovias Federais BR-010 e BR-316.

Fonte: Cardoso *et al* (2015).

Um elemento de relevante à compreensão da produção do espaço metropolitano será a abertura da BR-010, em 1960. Conectando Belém a Brasília, essa rodovia se tornou o “eixo de entrada do capital na Amazônia”, além de mostrar-se como “válvula de escape para o crescimento populacional, estrangulado com os limites da fronteira institucional” de Belém (OLIVEIRA, 1992, p. 76). Essa rodovia possibilitou a reprodução de atividades econômicas, que se caracterizam por um baixo terciário, nos núcleos urbanos que estavam assentados desde a implantação da EFB (HÉBETTE; MARIN, 1976).

Eram atividades de uma periurbanização, e de um baixo terciário precarizado que incrementaram grande parte das populações que passaram a habitar os núcleos urbanos ao longo dos eixos da BR-010. Realidade que possibilita um aumento populacional estimulado pelos movimentos migratórios para a Amazônia, quando ocorrera a formação de novos núcleos urbanos ou o aumento da concentração populacional nos centros já existentes (HÉBETTE; MARIN, 1976).

A rodovia Belém–Brasília é considerada o eixo de entrada do capital na Amazônia”¹¹, e possibilita processos estruturantes do capital para a região amazônica. E, se considerar o seu período de abertura, década de 1960, influencia também na conformação da RMB. Deve-se considerar, ainda, a abertura da BR-316 (Rodovia Pedro Teixeira)¹², que liga Belém à Região Nordeste. Essa rodovia passa pelos estados do Maranhão, Piauí e Pernambuco e foi aberta entre os anos de 1960 e 1970, servindo de eixo de mobilidade humana que intensifica o processo de colonização da Amazônia, com mão de obra nordestina aos grandes projetos, o que resulta em um

¹¹ O nome do percurso (Belém-Brasília) foi dado por Juscelino Kubitschek, para prestigiar o distante e até então inacessível estado do Pará. Em termos técnicos, a estrada foi conhecida como BR-14, prefixo adotado até o ano de 1964. A Belém-Brasília hoje corta os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará.

¹² A BR-010 começa no bairro de São Brás, centro de Belém e termina em Brasília-Distrito Federal, possuindo 2.772 km. Já a BR-316 (Belém-Maceió) começa no Entroncamento (ponto de convergência de várias Avenidas em Belém) e termina em Maceió, Alagoas, totalizando 2.030 km de extensão. Conforme (FURTADO, 2015), “a BR-010 e a BR-316 se unem num único elo rodoviário no município de Santa Maria do Pará, percorrendo mais de 100 km até chegar à capital paraense. Informações de: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com.br/2015/08/contexto-historico-da-abertura-das.html>. Acesso em: 07/08/2017

aumento considerável do contingente populacional no Estado¹³ e nas cidades que irão compor a RMB, como os dados da **tabela 01**.

Além do baixo terciário precário há a implantação de algumas empresas a partir da década de 1970 ao longo da BR-010. Entre elas, destaque para Refrigerantes Garoto, Tanpom Corona, Tuplama, Poliplast, Soteaço, Artecom, Melamazon, Maginco e a Inca, implantadas às margens da rodovia, no trecho localizado em Ananindeua (HEBETTE; MARIN, 1976). Há uma grande influência da BR-010 em todos os municípios por ela “cortados”, inclusive nos situados dentro da jurisdição a RMB. Havia uma importância significativa da BR-010 ao modelo que se implantava na Amazônia, segundo Valverde (1972, p; 186) essa rodovia, marcada a entrada o fim e início de outro servilismo econômico na Região.

Assim, o autor contribui ao mostrar que a Rodovia Belém-Brasília torna-se o símbolo máximo da integração da Amazônia à comunidade nacional. Para essa pesquisa, tal constatação tem relevância por ter rebatimento no momento da constituição da forma metropolitana.

4. A urbanização na periferia metropolitana: a incorporação dos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará

Como mencionando, o crescimento populacional de Belém e Ananindeua conformam RMB fora acompanhado pela institucionalização governamental em nível federal, mas a partir da Constituição Federal de 1988, delega-se às Unidades Federativas a organização das cidades em regiões metropolitanas. Assim, por meio da Lei Complementar Estadual nº 27/1995, são incluídos mais três núcleos urbanos à área metropolitana: Santa Barbara do Pará, Benevides e Marituba.

Esse crescimento segue a lógica da expansão da forma coercitiva de habitações para a população pobre. Construções que decorrem da expansão urbana de Belém, sobretudo com o aumento dos assentamentos “espontâneos” em mais de 60%. Essas cidades conformam-se sob a ilógica das políticas habitacionais, pois famílias não

¹³ A partir dos anos de 1950, há a execução de vários projetos que visavam desenvolver a região Amazônica economicamente, eram projetos como o Programa de Integração Nacional, o Programa Grande Carajás, o Poloamazônia e tantos outros trouxeram e atraíram um elevado contingente populacional para a Região.

contempladas pela produção de habitações buscaram resolver o “déficit habitacional”, ocupando os conjuntos habitacionais não concluídos e glebas livres. (TRINDADE JR., 1998)

Esse processo se coloca como estratégia do capital imobiliário para que novas terras sejam incorporadas ao mercado informal, sem que haja uma ação programada para o enfrentamento dos problemas sociais nos espaços urbanos, sobretudo o da RMB (ALVES, 1997). Há a defesa de que o processo de consolidação da metropolização decorra desses investimentos e da forma como são tratados os espaços fora da oficialidade metropolitana (CARDOSO *et al*, 2012). Vale ressaltar que os modos e as regras são estabelecidos para que os municípios recebam investimentos são diferentes, e em decorrência disso, o poder local municipal demonstra interesse para que o município faça parte de um arranjo metropolitana.

Para tanto, Marituba se origina de uma Vila Operária e da ocupação da Zona Bragantina¹⁴, situada a 16 quilômetros de Belém é o quarto município mais populoso da RMB. A EFB foi o objeto espacial que funda a cidade, com a necessidade de manutenção e da existência de uma oficina para consertar os trens, assim no ano de 1907, criada a Vila Operária de Marituba, onde é construída uma caixa d’água que servia para desaquecer os fornos dos trens. Na **figura 07**, observa-se trecho da EFB, a caixa d’água em Marituba em dois momentos.



¹⁴ A Zona Bragantina consiste em uma antiga área de colonização agrícola, pensada para abastecer Belém e as áreas dos seringais. O sistema de trabalho era composto por mão de obra migrante nordestina e de produção familiar.

Figura 07: Na esquerda - trecho da EFB, a caixa d'água, a oficina e algumas habitações em Marituba (ano de 1912). Na direita a cidade no ano de 2017

Fonte: Ferreira (2003) e Trabalho de campo, Novembro/2017- Foto do autor.

As terras de Marituba pertenciam ao município de Belém, mas com a criação do município de Ananindeua, em 1943, passaram a fazer parte deste, somente em 1961 a Vila Operária, passou à jurisdição do município de Benevides. Os primeiros habitantes dessa cidade estavam vinculados à companhia estatal que administrava a EFB como funcionários da empresa Pará Elétrica. As pessoas fora dessas atividades viviam da roça ou da produção de carvão e de lenha (FERREIRA, 2003, p. 218).

As atividades extrativistas e rurais predominaram no município e sua história econômica se confunde com a da EFB, visto que até “meados dos anos [19]40, a economia da vila girava em torno das atividades comerciais de apoio à ferrovia” (FERREIRA, 2003, p. 519). É com a desativação da ferrovia em 1965 que os primeiros comerciantes passaram a dinamizar Marituba com atividades em tabernas, farmácias, estiva e cerâmica. Na **figura 08** observa-se o traçado urbano de Marituba:

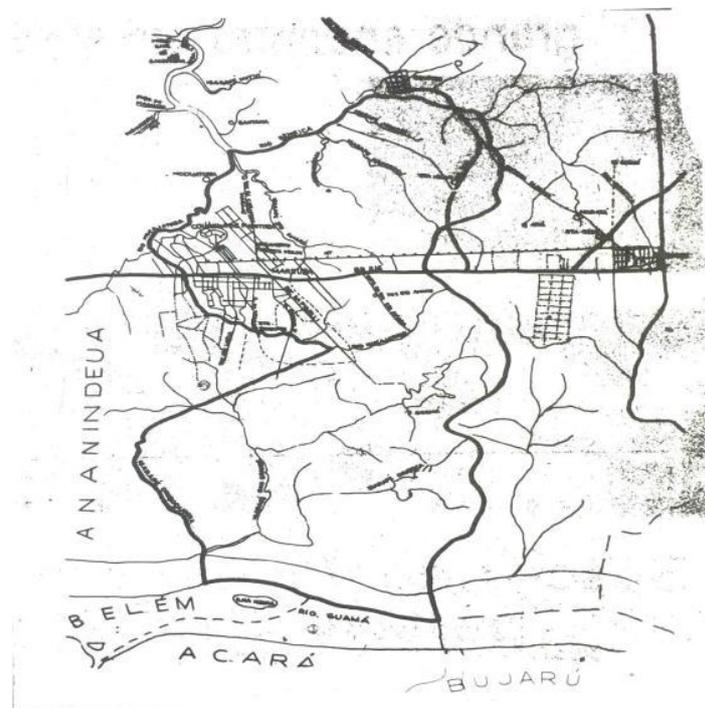


Figura 08: Croqui de localização de Marituba em 1958.

Fonte: Granhen (2002).

A Vila Operária cresceu e adquiriu o aspecto de cidade, devido à implantação de “novos equipamentos” urbanos e com a abertura da BR-010 se define como

destino da expansão da RMB. Assim, “passa a ser integrada gradativamente como espaço de assentamento no contexto metropolitano, chegando a apresentar no ano de 1996 uma população de 49.322 habitantes”. (TRINDADE JR. 1998, p. 368). Essa integração ocorreu com a produção das ocupações espontâneas, que conforme a prefeitura do município, até a década de 1980, existiam 13 ocupações espontâneas, que concentravam cerca de 25 mil habitantes. Na década de 1990, surgem mais 24 ocupações, e atinge um contingente de mais de 51.000 habitantes, sendo Distrito de Benevides.

A vila de Marituba adquire sua emancipação, após plebiscito no ano de 1994, resultado da luta popular por melhores condições de vida e refletia um antigo anseio político, pois nos anos de 1984 e 1991, havia perdido o plebiscito com a mesma finalidade. Em 1994, a cidade possuía 47 ocupações espontâneas, sendo a maior a do Che Guevara, composta inicialmente por mais de 600 famílias. A ocupação, que ficou conhecida como uma das maiores áreas de “invasão” da América Latina o “Che Guevara”, resultava das articulações de vários agentes envolvidos dentro da “indústria das invasões”. Para os líderes do movimento popular de invasões, as ocupações se colocavam como resolução prévia dos problemas urbanos. Assim, Marituba, por ainda apresentar várias glebas desocupadas e um intenso processo de periurbanização, entrou no ano de 2000 como rota de expansão urbana da RMB.

Nesse processo a cidade de Benevides se origina como a primeira colônia agrícola da EFB. Fundada em 1878, estava a 33 quilômetros de Belém e possuía uma produção agrária, com o predomínio da pecuária, do extrativismo vegetal e da agricultura do abacaxi e da mandioca. A colônia se desenvolveu fortemente com a ferrovia, uma vez que os primeiros quilômetros a ficarem prontos foram os 29, onde se ancorava a vila. (CRUZ, 1955). Segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP, 1997) existiam vários engenhos onde foi fundada Benevides e, essa estrutura fundiária de produção colonial era mantida por mão de obra negra escravizada. Por esse fato, várias organizações com o intento de libertar os negros surgiram na cidade, sendo a Sociedade Libertadora de Benevides a mais famosa.

Na **figura 09** expõe-se que Benevides é a primeira colônia no Pará a libertar os cativos. Esse ato de libertação “antecede a ação da Princesa Isabel em 1888”, um fato relevante, que mostra como a pobreza será eminente na cidade. Considerando que as ações à libertação dos negros não eram planejadas e, essa condição de ex-cativo o coloca à margem da sociedade e do modo de produção vigente. Desse modo, pode-se dizer que Benevides é o berço da liberdade negra na Amazônia.

A referida cidade tinha dois importantes distritos, Benfica e Santa Barbara, que surgem de engenhos com atividades agrícolas realizadas por nordestinos, franceses e canadenses. Com o passar dos anos, o município se constituiu como um importante núcleo urbano, impactado com a abertura da Rodovia Belém-Brasília, que provoca a chegada desses imigrantes. Na **figura 09** observa-se a estruturação da então colônia.



Figura 09: Colônia de Benevides no entorno da EFB, no final no século XIX.

Fonte: Secretária Municipal de Infraestrutura Urbana de Benevides (SEINFRA/PMB). Pesquisa de Campo. Novembro/2017.

Até a década de 1980, a expansão urbana de Belém pouco havia impactado em Benevides. Todavia, com as crises econômicas mundiais e sua reverberação Brasil, principalmente as da década de 1990, houve um crescimento da pobreza urbana, atingindo essa cidade, e é quando a mesma passa a integrar a RMB. Com uma população eminentemente rural, de um total de 77.369 habitantes, cerca de 90% habitava a zona rural. Na época, a cidade contava tão somente com um posto de saúde, cinco centros de saúde básica e um único laboratório de análises, todos mantidos pelo Estado e pela Prefeitura. As atividades econômicas mais relevantes

continuavam a ser a agricultura, a pecuária e o extrativismo, com um forte crescimento de comércios e serviços. (IDESP, 1997).

No início da década de 2000 foram registradas 17 desapropriações de áreas efetuadas pela COHAB-PA e pela prefeitura de Benevides, que eram ocupações espontâneas ou conjuntos habitacionais (ALVES, 2012). Essas ocupações demonstram como os espaços de assentamentos precários na RMB se encontram em franca expansão desde a década de 1990. Elementos cruciais para entender a reestruturação de Benevides e sua inserção na dinâmica metropolitana, meio as transformações econômicas e a periurbanização.

Em relação à produção espacial de Santa Bárbara do Pará, pontua-se que a cidade não possui uma história estritamente vinculada com a EFB, bem como com a BR-010. Situada às margens da rodovia estadual PA-243, e antigo Distrito de Benevides, fora emancipado por meio da Lei Estadual nº 5.963/13.12.1991. Essa emancipação ocorre no momento em que a rodovia é asfaltada, e por dar acesso à Ilha de Mosqueiro, tendo um intenso fluxo que possibilitará o crescimento da cidade.

Uma peculiaridade às suas origens é a de que grande parte da população descende de uma negra chamada Luciana Maria Gomes, que fora escravizada, e herdou as terras onde hoje se encontra a sede municipal e adjacências”. A “negra Luciana” estabeleceu-se juntamente onde viria a ser as margens da PA-243, com seus seis filhos e iniciaram a comunidade que era dedicada ao louvor de Santa Bárbara, e assim passou a ser chamada. Devido à “sua proximidade com Belém, com a Baía do Guajará e o grande número de furos, rios e igarapés, seu território foi bastante percorrido por viajantes, mercadores, aventureiros e revolucionários há séculos” (FERREIRA, 2003, p. 600).

Os efeitos do crescimento da população fizeram com que, em 1920, o povoado fosse dividido em três adensamentos: o de Traquateua, o de Candeuca e o de Santa Rosa, locais onde mais tarde foram instaladas as primeiras escolas. O crescimento pouco expressivo do então distrito, fez com que Santa Barbara ficasse até a década de

1990 vinculada a outros municípios. Primeiro a Belém, depois a Ananindeua e, por último à Benevides. (FERREIRA, 2003, p. 602).

Com a abertura da PA-243, a cidade passou a ser destino das populações pobres que estavam sendo expulsas de Belém. Aqueles que possuíam um vínculo maior com o espaço agrário assentaram-se no núcleo populacional que se formava. No ano de 1996 o município possuía 11.549 habitantes, e desse total, 8.224 residiam em áreas rurais, desenvolvendo atividades vinculadas à agricultura de subsistência, à pecuária (bovina, suína e avicultura), ao extrativismo vegetal (carvão, lenha, açaí e madeira) e à agricultura (arroz, feijão, mandioca e milho). A produção de oleaginosas com dendê e “coco da baía” surge em 1993 e recebe uma indústria de beneficiamento, a Denpasa¹⁵. (IDESP, 1997).

A ocupação da cidade de Santa Bárbara por assentamentos espontâneos ocorreu em menor número, devido sua distância de Belém. No entanto, são registrados, entre os anos de 1991 e 200, 10 assentamentos espontâneos precários em todo o território do município (ALVES, 2012, p. 73). Devido à sua dimensão, observa-se uma vasta área para a expansão urbana em Santa Bárbara.

5. A metropolização como estrutura do capital e como papel do Estado: a incorporação de Santa Isabel do Pará e de Castanhal

Ligados a Belém por um processo histórico de desenvolvimento do capital e de colonização da Amazônia, desde o período de expansão do domínio capitalista nos séculos XIX e XX, as cidades de Castanhal e de Santa Isabel “adentram” o século XXI fora da oficialidade da RMB. Nessas cidades o urbano demorou a ser caracterizado pela metropolização, devido à influência direta do urbano moderno de Belém demora a chegar, pelo menos no que concerne ao entendimento do Estado, seguindo a oficialidade jurídica. Mesmo inseridas recentemente na RMB essas duas cidades sempre estiveram ligadas à Belém pelas dinâmicas socioeconômicas e espaciais como a da EFB e a abertura das rodovias BR-010 e 316.

¹⁵ “A DENPASA, Dendê do Pará S/A, é uma das pioneiras no negócio de óleo de palma (ou dendê) no Brasil, com mais de trinta e cinco anos de funcionamento na Cidade de Santa Bárbara do Pará”.
Fonte: <http://denpasa.com.br/pt-br/historia/>. Acesso em: 12/10/2017.

São espaços urbanos com importâncias históricas contundentes da mesorregião do nordeste paraense. E distantes de Belém (Santa Isabel a 47 km, e Castanhal a 65 km), sempre estiveram sob a influência da capital, o que não as impediu de desenvolverem dinâmicas socioespaciais particulares. A partir do ano 2000, a lógica da metropolização, provoca a inserção desses municípios na RMB, o que abre várias discussões sobre o urbano metropolitano no Brasil, sobretudo na Amazônia. Tais questionamentos vão desde o porquê da inserção de Santa Barbara do Pará? Até o motivo de se deixar de fora da RMB o município de Barcarena¹⁶?

Para tanto, foi por meio da Lei Complementar Estadual nº 27/20.04.2010 que Santa Izabel do Pará é incorporada à RMB. No ano seguinte, o mesmo ocorre com Castanhal, este ancorado na Lei Complementar Estadual nº 076/28.04.2011, e ainda hoje existe uma gama de questionamentos sobre tais incorporações.

Acerca da metropolização e da dispersão urbana de Belém, há uma pesquisa que averigua como essa dinâmica socioespacial afeta Santa Isabel (CAVALCANTE, 2011). Investiga-se os assentamentos espontâneos e os planejados pela COHAB-PA, os laços econômicos e de consumo dessa população com os municípios da RMB. Já sobre Castanhal, outra pesquisa revela as dinâmicas dos assentamentos residenciais, a da indústria e da oferta de serviços, o que promovem a sua metropolização. Afirmando que “há uma relação que é produto da interdependência de cidade de Castanhal com a RMB, assentada em fluxos e em uma unidade urbana ampliada, com uma forma fragmentada, dispersa e descontínua”. (ALVES, 2012, p. ix).

Não obstante a essa realidade, outros autores afirmam que é quase impossível de se observar a metropolização em Castanhal, considerando que a cidade desempenha mais um papel de cidade média e de centro sub-regional, do que de espaço de dispersão de Belém por habitação. (AMARAL; RIBEIRO, 2016, p. 103). De certa forma, tem-se uma forte inclinação a este pensamento, acreditando que a

¹⁶ Desde os primeiros estudos sobre a conformação da RMB, isto é, estudos oferecidos por Lamarão (1989) e Trindade Jr. (1998) já se indagava sobre as condições de inserção do município de Santa Barbara. Isso se deve à dinâmica urbana e seu aglomerado populacional. Ainda afirmações de que Barcarena, município com 118.537 habitantes, e certa complexidade de serviços urbanos, deveria ser incorporado à RMB.

funcionalidade e a produção das relações comerciais em Castanhal decorram também de sua subcentralidade regional.

Para entender o processo de crescimento urbano até a inserção das duas cidades na RMB, busca-se resgatar alguns elementos históricos que mostram a produção do urbano dessas duas cidades. Situa-se que Santa Isabel do Pará, surge como colônia agrícola na rota da EFB, vinculada à Belém até 1899, quando a Lei nº 646/1899, tornou-a Vila. Um caso peculiar é que essa cidade passou por vários processos emancipatórios e de retrocesso na sua constituição jurídica, política, administrativa e de espaço de municipalidade. Ao recontar a história das idas e vindas da formalização desse município, expõe que em 30.12.1931, tornou-se município com território desmembrado de Belém e Castanhal, a instalação ocorreu em 02.01.1932, sendo extinto meses depois. Novamente em 08.12.1933, o município foi reestruturado pelo Decreto Estadual nº 1.110, sendo reinstalado em 07.01.1934. (FERREIRA, 2003, p. 604)

A colônia de Santa Isabel de Benevides, como ficou conhecida na sua fundação em 1878, passou por momento de ápice com a chegada de imigrantes nordestinos, como também de abandono pelos mesmos, devido às condições do lugar. Já no início do século XX, com os trilhos da EFB instalados em Santa Isabel e com um discurso que pregava a necessidade de colonizar a Zona Bragantina, foram assentados imigrantes japoneses e portugueses. A partir de 1928 os japoneses impulsionaram o crescimento da agricultura com o cultivo da pimenta do reino.

Nas décadas seguintes foi intenso o assentamento de imigrantes em Santa Isabel, com destaque para os nordestinos (CAVALCANTE, 2011). Como resultado dessa migração, intensificou-se a atividade agrícola, com o cultivo de arroz, feijão, milho, açaí, banana, coco da baía, cupuaçu, dendê, laranja, maracujá, mamão do hawaí, palmito, pupunha, limão, abacate, manga e goiaba. Vale destacar a pimenta do reino e a mandioca, devido os japoneses e nordestinos (FERREIRA, 2003).

Nas décadas de 1980 e 1990, a população desse município passou de 24.309 para 33.329 habitantes. Em 1991, 71% desse contingente populacional habitava o

núcleo urbano, o que só cresceu no decorrer dos anos, sendo 76% no ano 2000 e 80% em 2010. No final da década de 1990 crescia o comércio e os serviços acompanhando essa população urbana: 101 pequenas indústrias, 145 lojas atacadistas, 410 comércios varejistas e 67 prestadores de serviços. (FERREIRA, 2003, p. 606).

O crescimento do urbano da cidade decorre das ações políticas do Estado, com a abertura de rodovias, a exemplo da rodovia estadual PA-140, que corta a cidade de norte a sul, ligando-a a vários municípios do interior do Pará. É notório que a produção da cidade é repleta de contradições, pois metade da população urbana residia em áreas periféricas, como também é registrado o surgimento de 08 ocupações espontâneas¹⁷ entre as décadas de 1990 e 2000. (CAVALCANTE, 2011).

Esse processo expõe a influência da metrópole Belém sobre Santa Isabel, visto que a dinâmica da dispersão dos assentamentos residenciais em direção a essa cidade é grande e revela as dimensões da metropolização e evidencia a pobreza, a miséria e o baixo terciário. Características das populações que abrem a fronteira imobiliária à ação do capital fechado, e assim podem produzir o espaço para outras classes econômicas, as de maior poder aquisitivo.

A última cidade incluída na RMB foi Castanhal, que tem sua origem como assentamento populacional com a função de entreposto comercial agrícola, incitada pela EFB. Sendo “batizada” de “Campos de Castanhal”, devido à vila do Apeú, o seu primeiro núcleo, ter surgido em 1870, como um ponto de parada de boiadeiros com destino a Belém, onde havia grande quantidade de “pés” de castanhas. O desenvolvimento da cidade decorre do elevado fluxo de pessoas que passavam pelo povoado e com ferrovia. Na **figura 10** está exposta a estação ferroviária, localizada no que hoje é o bairro do Centro.

¹⁷ Cavalcante (2011) revela a metropolização do espaço, pesquisando oito espaços de assentamentos precários: Bairro Novo, Jardim Mirai, Novo Horizonte Molpasa, Santa Terezinha, Área Baixa do Tatu, Piçarreira, Jardim das Acássias. Destacando na pesquisa a mobilidade dos moradores desses bairros para o trabalho em busca de saúde e emprego em todas as cidades da RMB.

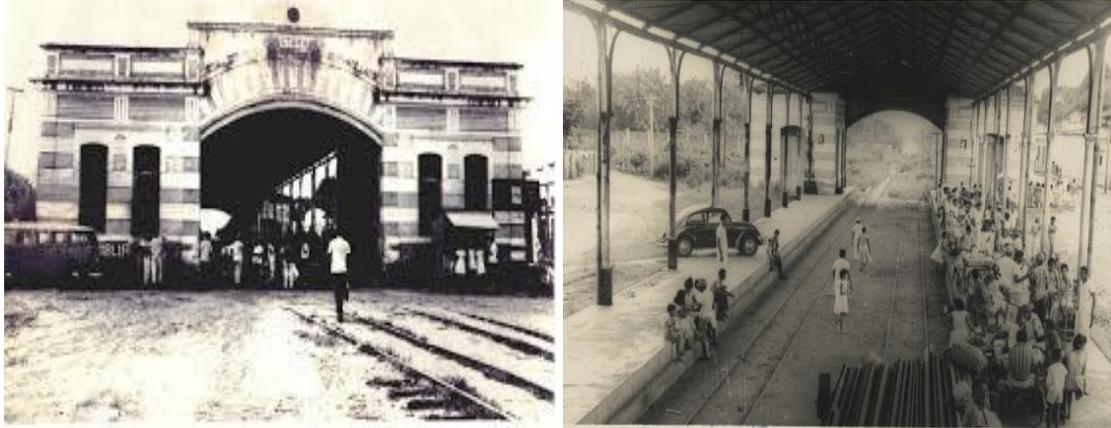


Figura 10: Estação Ferroviária de Castanhal, localizada na atual Rua Barrão do Rio Branco.

Fonte: <http://memoriasdocineargus.blogspot.com.br/>. Acesso em: 06/10/2017.

O desenvolvimento de Castanhal está ligado à construção da EFB, visto que quando os trabalhadores atingiram o local onde pretendiam construir a referida estação, existia uma grande castanheira, e entre os trabalhadores o local ficou conhecido por Castanhal. (ROQUE, 1997). É preciso situar o surgimento da cidade, levando em consideração o ponto de parada dos boiadeiros, onde fora construída a estação ferroviária. Elementos que contribuem para que a população se fixasse ali, por conta da circulação e daquela localização. (SIQUEIRA, 2008).

As origens da cidade ligam-se à política governamental de colonizar a Zona Bragantina e como os campos de castanhais foram divididos em lotes agrícolas e entregues a imigrantes cearenses para serem cultivados. Os lotes possuíam o tamanho de 110 metros de frente por 440 de fundos. Na cidade não se estabelecem imigrantes estrangeiros, estes foram assentados em outras zonas da EFB. O crescimento populacional tem influência do desenvolvimento de atividades vinculadas à agricultura, à pecuária, característica presente até os dias atuais. Aptidões econômicas que possibilitaram uma rápida ascensão da cidade à condição de Distrito em junho de 1899, tornando-se Vila, em janeiro de 1901.

Castanhal era uma Vila planejada e organizada pelo Estado e segundo a historiografia, o então prefeito de Belém, Antônio Lemos, a descrevia como espaço em potencial para crescimento e de modelo urbano no Estado do Pará. (ROQUE, 1997). As condições da produção do espaço urbano de Castanhal, mostra-se planejado, o que será um marco até 1960, e a torna conhecida como “Cidade Modelo”, recebendo o *status* de município, através do Decreto Estadual nº 600/28.01.1962.

Com essa característica de centro urbano “modelo”, assentará um desenvolvimento de atividades econômicas e comerciais que atendem a várias vilas, localidades e distritos próximos. Isso devido ao fato de Castanhal se encontrar no meio do caminho entre Belém, o Nordeste Paraense e a Zona Bragantina, os comerciantes não mais precisavam ir até a Capital para realizar seus negócios.

Na década de 1960 a cidade foi a primeira a receber infraestrutura que possibilitou a fixação de migrantes no espaço regional. Sendo importante ressaltar que Castanhal é pioneira na recepção de energia elétrica diretamente de Belém, o que impulsiona a atividade industrial (ROQUE, 2003). Com a desativação da EFB em 1965, as mudanças passaram a ocorrer no espaço urbano da cidade, sobretudo pelas rodovias federais BR-010 e 316 e as estaduais: PA’s–320¹⁸, 136¹⁹ e 036²⁰.

Essas rodovias trazem para Castanhal circulação e demanda de grande importância para que se possa compreender o seu desenvolvimento urbano. Chegando a ser considerada “cidade de porte médio”, impulsionado pela densidade técnica que ali se assentada. A cidade é um entreposto comercial e rodoviário, com abastecimento agrícola e espaço de migração diversa, por ter localização estratégica. (ALVES, 2012).

Diferentemente dos núcleos até então apresentados, Castanhal não possui uma vinculação direta com a implantação dos assentamentos espontâneos e planejados produzidos pela expansão e saída da população de Belém. No entanto, essa característica não nos permite dizer que não havia ocupações espontâneas na cidade, bem como assentamentos planejados pelo Estado.

¹⁸ A PA-320 liga Castanhal aos municípios da Zona Bragantina. Foi implantada quase no antigo traçado da EFB. A rodovia possibilita acesso aos municípios de São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Magalhães Barata, Maracanã, Nova Timboteua, Peixe Boi, Capanema, Tracuateua e Bragança.

¹⁹ A PA-136 possibilita o acesso aos municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá, Marapanim e a dezena de vilas e balneários importantes para o turismo e à cultura (Algodoal, Fortalezinha, Abade, Marudá) e para a economia de pescado no estuário paraense.

²⁰ A PA-036 se direciona para o Sul do município de Castanhal, permitindo sua ligação com o município de Inhangapi.

Sobre a produção desses assentamentos, é possível identificar que dos anos de 1977 a 1999, no município estavam 11,3% dos lotes urbanizados pela COHAB-PA, com mais de 2.000 habitações. Dimensão que demonstra o crescimento da cidade, a partir das dinâmicas habitacionais, como ainda, na ação do IPASEP, que construiu cerca de 2.043 unidades entre os anos de 1990-1999. (ALVES, 2012).

Essas unidades produzem a expansão do tecido urbano da cidade, além de acompanhar a dispersão da urbanização ao longo da BR-010/316. Além dos assentamentos planejados, as ocupações espontâneas fazem parte da conformação urbana. Comparadas às outras cidades da RMB, tais ocupações ocorrem em menor número, o que não é irrelevante na construção urbana do município, pois na década de 1990, foram 14 espaços de ocupação espontânea na periferia da cidade.

Há um efetivo crescimento urbano de Castanhal ligado às dinâmicas econômicas que a cidade assenta, além de um desenvolvimento na área do setor varejista e de atacados. Nesse cenário, a prestação de serviços é destaque assim como a indústria e trazem uma relevante contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), bem como para a arrecadação fiscal do Município. (ALVES, 2012).

As dimensões aqui expostas mostram como ocorreu a produção do urbano em Castanhal, visto que somente em 2012 houve sua inserção à RMB. Acredita-se que o processo de dispersão urbana de Belém tenha maior influência sobre essa cidade somente a partir do ano 2000, com o aumento do uso de automóveis, que possibilitam um maior alcance da metropolização do espaço, sobre os deslocamentos diários, o mercado de trabalho, além da busca por serviços médicos, de saúde, educacionais, entre outros.

Conclusão

Os aspectos apresentados neste artigo são dimensões da conformação histórica do que hoje se estrutura como RMB, pautados a partir da sua oficialidade estatal. Recuperou-se características particulares da origem de produção do espaço de cada cidade no decorrer dos anos, por meio de uma escolha metodológica que é

passível de crítica, mas que se coloca como uma opção de exposição da história de cada uma das cidades que estão integradas a dinâmica da metropolização.

Redefinem-se as estruturas espaciais e da vida para projetar um modo semelhante ao da cidade central para os espaços das cidades circundantes. Se até a década de 1980 e início da de 1990, isso ocorreu em Ananindeua, vale ressaltar que o processo é bem maior, com a extensão do cenário urbano-metropolitano para demais municípios, seguindo o eixo da BR-010/316. Não há dúvida, portanto, de que esse fenômeno provoca aqui uma necessidade de, no tópico seguinte, apresentar um relato de parte do processo histórico dessa via, destacando sua importância e formação.

É, sem dúvida, interessante registrar a diversidade do urbano que hoje compõe o espaço metropolitano da RMB. Isso porque as cidades mencionadas foram formadas tão somente a partir da dispersão do urbano periférico de Belém, mas sim de uma conjuntura histórica do urbano, sendo composto por diversos elementos e objetos postos no espaço, em diferentes momentos.

Portanto, cumpre dizer que a dinâmica de dispersão dos assentamentos pelo espaço metropolitano em direção aos demais municípios, mostram as redefinições do intraurbano e reestrutura a metropolização a partir da acessibilidade, dos serviços e da moradia. Pode-se dizer, por fim, que esse movimento efetiva uma forte apropriação de várias classes sociais sobre o espaço urbano que ainda não se efetiva nesse primeiro momento de expansão dos espaços precários de moradias do decorrer da história contraditória do espaço de Belém.

Referências

- ABELÉM, Aurilea. **Urbanização e Remoção: por que e para que?** Estudo sobre uma experiência de planejamento nas baixadas de Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.
- ALVES, Cynthia. **Formas espaciais recentes da urbanização na Amazônia: a dinâmica socioespacial do município de Castanhal em face do processo de dispersão urbana de Belém.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- ALVES, Joana. **Belém: a capital das Invasões.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). – Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

- AMARAL, Marcio; RIBEIRO, Willame. Castanhal (PA); entre a dinâmica metropolitana e a centralidade sub-regional de uma cidade média. **PRACS: Revista eletrônica de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 77-105, jan/jun. 2016.
- CARDOSO, Ana; LIMA, José. **Belém: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.
- CAVALCANTE, Flávia. **Metropolização e dispersão urbana na Amazônia: a dinâmica socioespacial do município de Santa Isabel do Pará no contexto da urbanização belemense**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Belém; UFPA/IFCH/PPGEO, 2011.
- CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança: Visão Social, Econômica e Política**. Belém: SPVEA/Setor de Coordenação e Divulgação, 1955.
- _____. **História de Belém**. Coleção Amazônica, Sérgio José Veríssimo, Belém: Editora UFPA, 1973.
- FERREIRA, João. **O Pará e seus municípios**. Belém: edição autônoma, 2003.
- GRANHEN, Jorge. **A verdadeira história de Marituba**. Marituba-PA: produção independente, 2002.
- HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa. **O impacto da Belém-Brasília e o desenvolvimento do baixo terciário nas Zonas Urbanas da rodovia**. Belém: NAEA/ UFPA, 1976.
- IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará). **Municípios do Pará – Dados estatísticos**. 1ª Ed. Belém Editora do Idesp, 1997.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades e Estados do Brasil**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?t=destaques&c=1501501>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- LAMARÃO, Antônio. **O espaço das ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.
- LEANDRO, Leonardo; SILVA Fabio. A estrada ferro de Bragança e a colonização da Bragantina no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.15, n. 2, p. 143-174, dez, 2012.
- MAZURAS, Marcelo. **BR-010, Belém-Brasília: uma estrada brasileira**. São Caetano do Sul-SP: Casa maior, 2013.
- OLIVEIRA, Janete. **Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização em Belém**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- PREFEITURA DE ANANINDEUA, **Plano municipal de habitação de interesse social de Ananindeua - Relatório final: diagnóstico, estratégias e ações**. Ananindeua: Secretaria Municipal de Habitação, 2012.
- ROQUE, Carlos. **História dos municípios do Estado do Pará**. 2ª ed, 1º vol. Belém: Genis Freire, 1989.
- RODRIGUES. Eliene. **Banidos da cidade unidos na condição: Cidade Nova; espelho da segregação social em Belém**. Belém: Edufpa; Editora Naea, 1998.
- SIQUEIRA, João. **Trilhos: o caminho dos sonhos (memorial da estrada de ferro de Bragança)**. Bragança: edição independente, 2008.

TRINDADE JR., Saint Clair. A valorização das áreas centrais em Belém: os bairros do reduto e Umarizal. **Cadernos do Centro de Filosofia Ciências Humanas da UFPA**. Belém, v. 11, n. 1 e 2, p. 89-102, jan./dez. 1992.

_____. **A cidade dispersa:** Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VALVERDE, Orlando. A rodovia Belém-Brasília. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. ano 34, n. 1, p. 185-187, jan./mar. 1972.

SANTOS, Dário. **A Macrodrenagem da Bacia do Una em questão:** percepções sociológicas sobre os impactos socioespaciais na área urbana de Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

TAPEROÁ: A CAPITAL LITERÁRIA DO SERTÃO- REINO DE ARIANO SUASSUNA

Jossefrania Vieira Martins¹

Artigo recebido em: 15/11/2018.

Artigo aceito em: 11/04/2019.

RESUMO:

Neste artigo relacionamos história, literatura e espaço a fim de explorar alguns aspectos da obra do escritor paraibano Ariano Suassuna. A dinâmica espacial de sua vida marcou significativamente a sua produção literária bem como sua visão de mundo e cultura. É neste sentido que para ele Taperoá, pequeno município do interior da Paraíba, desponta como uma espécie de *capital literária*, uma metáfora de pertencimento ao sertão e por isso mesmo uma ambientação recorrente nas histórias que escreveu. Desse modo, buscamos entender como as interações entre o urbano e o rural se relacionam com um conceito de sertão a partir da literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão – Literatura – História – Taperoá – Ariano Suassuna

RESUMEN:

En este artículo relacionamos historia, literatura y espacio a fin de explorar algunos aspectos de la obra del escritor paraibano Ariano Suassuna. La dinámica espacial de su vida marcó significativamente su producción literaria así como su visión de mundo y cultura. Es en este sentido que para él Taperoá, pequeño municipio del interior de Paraíba, despunta como una especie de *capital literaria*, una metáfora de pertenencia al sertão y por eso mismo una ambientación recorrente en las historias que escribió. De ese modo, buscamos entender cómo las interacciones entre lo urbano y lo rural se relacionan con un concepto de sertão a partir de la literatura de Ariano Suassuna.

PALABRAS CLAVE: Sertão – Literatura – Historia – Taperoá – Ariano Suassuna

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), graduada em história pela mesma instituição, doutoranda também em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Docente do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE – *Campus* Limoeiro do Norte). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5801812329463703>.

* * *

1. Sobre história e espaços

Os espaços são históricos, possuem historicidade e têm despertado cada vez mais o interesse por parte dos historiadores. Além disso, provocam uma guinada importante tanto na pesquisa histórica quanto na própria historiografia, pois requerem um desafio interdisciplinar. Nesse sentido, se a preocupação do historiador já não se restringe somente à temporalidade, torna-se necessário reposicionar a espacialidade através de um esforço metodológico e narrativo.

Porém, qual caminho seguir: temporalizar o espaço ou especializar o tempo? Trata-se, talvez, de um conjunto dessas duas ações. Na obra *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, por exemplo, o historiador Fernand Braudel ofereceu pistas sobre o desafio em questão. Diante de uma nova compreensão do tempo histórico, a *longa duração*, Braudel construiu um novo horizonte: a *geo-história*. Nele o espaço geográfico é tomando como ponto de partida para uma análise histórica que entrecruza homem e meio na lenta e gradual passagem do tempo. É sabido que os *Annales* reinventaram a noção de tempo e propuseram a desarticulação da história da exclusividade do passado, até então modelar. Nesse sentido, José d'Assunção Barros (2005, p. 462) ressalta que:

Definir a história como o estudo do *homem no tempo* foi portanto um passo decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, a definição de História, no seu aspecto mais irredutível, deve incluir ainda uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. Na verdade, a História é o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço*. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social.

Tal ampliação do campo do historiador através da incorporação do espaço como uma de suas categorias, temas e objetos fez sobressaltar o contexto de afirmação da história na esfera das ciências humanas e sociais. A interdisciplinaridade

era um caminho complexo, porém necessário e nesse sentido a aproximação com a geografia pareceu inevitável. Basta lembrar que no interior da própria concepção histórica que funda os *Annales* é preciso reconhecer a influência de Vidal de La Blache e sua leitura possibilista do meio geográfico. Suas ideias inspiraram uma perspectiva de estudo das macroespacialidades na história, como se observa tempos depois na *geo-história* de Braudel.

Ainda segundo destaca Barros (2005), a construção do diálogo entre história e espaços dá-se inicialmente através da reflexão e uso dos conceitos ditos geográficos, tais como: espaço, território e região. Tal investimento interdisciplinar fez surgir, ao longo dos estudos, campos temáticos de pesquisa como a própria *geo-história*, a história regional, a micro-história dentre outros. Ao mesmo tempo refletiu as clivagens no interior da própria ciência histórica cujo modelo de histórias nacionais, totalizantes, generalistas demonstrava suas contradições e lacunas.

As múltiplas perspectivas construídas em torno do espaço revelam suas várias camadas ao passo que o libertam de uma concepção predominantemente física, materialista, engessada. Nesse processo contribui de modo significativo a própria geografia, sobretudo, aquela produzida aqui no Brasil a partir da segunda metade do século XX – com destaque para as proposições teóricas de Milton Santos. Inspirado numa abordagem econômica e política, Santos (1978) dá centralidade ao sujeito-homem na construção do mundo e do espaço. Assim, organizado socialmente, o espaço é entendido como uma produção humana, por tal motivo varia, adquire formas distintas e desiguais a depender dos diferentes arranjos sociais aos quais é conectado.

Para Santos (1985), a compreensão desse espaço-produto requer considerá-lo em uma perspectiva temporal. Através dela, as transformações, as permanências, as simultaneidades bem como as tensões, os conflitos, as disputas são descortinados. Segundo ele “a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo”. (SANTOS, 1985, p. 22). Pensador das desigualdades, do modo como são produzidas, de que maneira afetam a vida dos sujeitos e interferem nas dinâmicas local e global,

Milton Santos ressaltou as camadas sociais que se refletem no espaço e são refletidas por ele.

A acentuação dessa relação – quase umbilical – do homem com o espaço é fundamental para entender outras conexões como: sociedade e natureza, espaço e identidade, espaço e poder dentre outras. Quando se trata especificamente do espaço no âmbito do poder, o conceito geográfico de *território* sobressai, em especial, com o desenvolvimento da crítica pós-estruturalista. Não por acaso, nesse campo conceitual destacam-se as contribuições de Rogério Haesbaert (2004) que, salientando esse caráter social que desnuda a produção humana dos espaços, salienta as dimensões de apropriação e dominação que regem o espaço-poder. O poder transita nos espaços desde o “concreto” até o “simbólico”, ainda que não se limite a este esquema dicotômico. Com isso, ele demonstra que aos espaços não cabem somente funções, mas também significados.

A noção de território tem sido fundamental para identificar como os sujeitos, as relações entre os mesmos e a própria sociedade constroem e espacializam suas desigualdades e diferenças. A sua variação como propriedade e/ou como identidade é histórica, ou seja, dialoga com os contextos: muda, permanece, resignifica. Diante disso, pensar os espaços e os tempos, como se pode perceber, é uma tarefa que entrecruza *a priori* os saberes históricos e geográficos complementando-os e não os anulando.

Para o historiador isso significa que seu campo é inevitavelmente ampliado e por isso mesmo predisposto a um diálogo interdisciplinar, seja com relação aos métodos como também aos temas e objetos. Como visto, a própria noção de espaço sofreu alterações e com o revisionismo colocado em cena pelo pós-estruturalismo

rou a categorial espacial de um entendimento prioritariamente material, físico e/ou empírico para uma perspectiva simbólica atrelada ao imaginário, à cultura e às sensibilidades. É importante, no entanto, levar em consideração que a história com enfoque nos espaços não investe na exacerbação da diferença entre estas concepções “concreta” e “simbólica”, pois não anula uma à outra e nem exclui suas possíveis – e

necessárias – interações, como avaliou Durval M. de Albuquerque Júnior (2005, p. 02):

Os espaços são misturas inextricáveis de dimensões concretas e dimensões simbólicas. Não se pode estabelecer aqui uma anterioridade ou uma determinação entre os aspectos ditos materiais e imateriais dos espaços. Como numa peça teatral os enredos da história dos espaços são variados, e podem se iniciar por diferentes entradas, por distintos prólogos, ser causados por distintos acontecimentos.

Ainda que percebido inicialmente como algo concreto, o espaço é marcado pela fluidez, ou seja, não opera apenas pela suposição de uma fixidez como condicionamento único. Esta questão torna-se ainda mais desafiadora quando a enfatizamos no campo da construção narrativa, afinal, toda história *se localiza* num tempo e num espaço. Logo, a natureza do texto do historiador determina não só o espaço no qual se desenrola uma história, mas denuncia a forma pela qual o mesmo foi abordado. Salientando estes aspectos, é que Albuquerque Júnior (2005) nos convida, enquanto historiadores interessados no espaço, a redimensionar nosso olhar acerca dessa categoria, abordando-a como um conjunto de cenas e não somente como um mero “cenário” onde se desenvolvem os fatos.

A relação entre o homem e o espaço funda a vida material, social, simbólica, inaugura significados, produz identidades. É, portanto um grande diálogo temporal com a cultura, uma forma de conhecimento. A historicidade dos espaços está no seu aspecto relacional com a humanidade, com a produção material e/ou imaterial de sentidos, com as práticas e discursos que agenciam a vida e com a complexidade das relações de poder que (des)organizam nossas existências, nossos usos e abusos, nossas disputas, nossa imaginação que funda toda ideia de posse.

2. A literatura, a região e o sertão

Assim, enveredamo-nos nessa reflexão que reúne tempo e espaço a partir da história acrescentando um elemento que lhes é indispensável: a *interdisciplinaridade*. Tendo em vista nosso interesse na categoria espacial a partir das interações entre o concreto e o simbólico, escolhemos a *literatura* como objeto e fonte de análise. Considere-se ainda que, dentre os vários diálogos interdisciplinares que a história

pode estabelecer, aquele que possui maior teor de polêmica e debate refere-se justamente à aproximação com a literatura.

A questão repousa nos limites e possibilidades da historiografia, no caráter ficcional atribuído à literatura, nos estatutos de ficção, cientificidade e verdade enquanto heranças ocidentais tratadas binariamente. Com a emergência da virada linguística na segunda metade do século XX e seus reflexos na historiografia, percebe-se que a conceituação, a idealização e a legitimação dos discursos do mundo e a própria invenção do real como uma categoria possível são construções operadas através da linguagem. Desse modo, a promoção de uma verdade, por exemplo, é sempre uma estratégia de poder².

Por conseguinte, a potência do contato da história com a literatura é que ele desenterra a ilusão da verdade, objetividade e da própria autoridade do trabalho do historiador. E é a este confronto que a maioria de nós teme. Por isso, em muitos casos a literatura costuma aparecer na pesquisa histórica mais como uma fonte acessória do que problematizável. Como exemplo, na história social é recorrente a utilização da mesma como fonte/registo com ênfase na exploração da conexão texto/contexto, já na história cultural, a literatura é abordada como um documento de sensibilidades, sociabilidades e/ou memórias³.

Kzryzstof Pomian (2003) nos lembra então que os documentos pertencem sempre a dois tempos: o passado ao qual remetem e o presente onde se conservam. Quando se trata de literatura esta questão torna-se ainda mais evidente porque as obras literárias atravessam tempos, conquistam diferentes públicos, são lidas de modos distintos, permanecem ignoradas, transformam pontos de vista, constroem sensibilidades ou simplesmente sequer saem do prelo⁴. Logo, no que se refere ao

² Protagonizam esta atmosfera de oposição em torno dessas questões, por exemplo, Hayden White com *Meta-História* e Carlo Ginzburg com *Relações de Força*. Alguns trabalhos no campo da teoria literária e da filosofia da linguagem nos ajudam a compreender outros aspectos que envolvem a aproximação da literatura com a história partindo do problema da narratividade, como fez Paul Ricoeur nos tomos de *Tempo e Narrativa*.

³ No Brasil, essa perspectiva atrelada à história cultural possui destaque interessante nos trabalhos de Sandra Jatahy Pesavento.

⁴ Acrescentam-se ainda a este debate sobre a natureza metodológica da relação história/literatura as reflexões de Frank Ankersmit e Dominick LaCapra sobre representação, retórica e os limites da verdade na historiografia.

diálogo com o tempo e o espaço e emaranhada em relações de poder, é possível entender que as obras literárias criam e projetam imagens aptas ao consumo e/ou à rejeição social. A potência desse jogo discursivo é o que nos impele à investigação da produção de significados a partir das mesmas.

Partindo dessas premissas, é possível afirmar, portanto que a literatura também agencia espaços, uma vez que lhes oferece imagem, discurso e sentido, produz ou desconstrói pertencimentos. Refletindo sobre esta questão no âmbito do cotidiano, Michel de Certeau (1994, p. 200), chamou atenção para o fato de que a linguagem é um tipo de prática do espaço, ou seja, é um modo de dar sentido ao mesmo, pois os relatos cotidianos ou literários são os nossos transportes coletivos, *ações narrativas*.

A relação entre sujeitos e espaços é histórica e se produz através de diferentes ferramentas de construção de sentidos, uma delas é, portanto a literatura enquanto *prática e/ou representação cultural* (CHARTIER, 1990). Nesse sentido, conforme salientou Albuquerque Júnior (2001) em *A Invenção do Nordeste e outras artes*, a produção da identidade regional nordestina nas primeiras décadas do século XX teve na literatura um dos seus instrumentos balizares. Para este autor, a afirmação do recorte regional do Nordeste na esfera nacional teve na arte um poderoso instrumento de sua produção.

Para isso, o Movimento Regionalista Tradicionalista do Nordeste lançado e liderado em 1926 por Gilberto Freyre (1900-1987) no Recife possuiu um papel de destaque. Até aquele momento, a divisão territorial que predominava no país era entre o Norte – *decadente* – e o Sul – *ascendente*. Nesse contexto, Freyre e uma geração de intelectuais, artistas e escritores reclamavam a invisibilidade de um espaço que durante o período colonial era o centro da América Portuguesa e que no limiar do século XX era alcunhado como território do atraso em relação ao restante da nação, o Sul.

Dos tempos áureos da cana-de-açúcar no litoral restava apenas a nostalgia empregada na literatura como, por exemplo, em obras como *Menino de engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *Fogo morto* e *Usina* do escritor paraibano José Lins do Rêgo (1901-

1957), ou nas produções socioantropológicas do próprio Freyre tais como *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, *Nordeste*, *Açúcar* dentre outras. A partir destas e de outras produções forjou-se o “esplendor” da antiga *civilização do açúcar* definida como berço fundador da região e *éden* cultural da própria nação.

Enquanto o esplendor da Zona da Mata era exacerbado uma fissura se abria no interior do “antigo Norte”: o polígono das secas⁵. A escassez de água dificultava a vida no semiárido e exigia políticas públicas específicas por parte do estado que, ineficiente ou inexistente, gerava a sensação de abandono – a invisibilidade – e o fenômeno da migração rumo ao sul. Diante deste quadro, a intelectualidade local caminhou por duas direções: por um lado tentar “resgatar” a importância nacional do lugar forjando-o como região que fora antes o berço fundador do país, lugar das tradições culturais mais genuínas e memoráveis com ênfase no litoral; e por outro “denunciar” ou constatar o esquecimento político do lugar tomando a seca como problema social e elemento formador da identidade.

Ao castigar o semiárido, a seca representava um condicionamento natural, cultural e socioeconômico da nascente região. Assim, romances como *A Bagaceira* de José Américo de Almeida (1887-1980), *O Quinze* de Rachel de Queiroz (1910-2003) e *Vidas Secas* de Graciliano Ramos (1892-1953), cada qual ao seu modo, reforçou-a enquanto uma questão-problema local interligando-a a uma definição cultural da região que nascia naquele momento: o Nordeste. Daí resulta variadas fórmulas arquetípicas que forjaram uma identidade nordestina pautada na resistência erguida não mais da relação do homem com o meio, mas de uma verdadeira mistura de ambos a ponto de já não ser possível desassociá-los.

Todavia, o discurso de que homem da região era tão árido quanto a mesma possuía um passado não tão distante. Um pouco antes, cabe lembrar, ainda no final do século XIX, a *Guerra de Canudos* (1896-1897) já havia chamado a atenção do país para as condições de vida nos sertões e gerado interpretações acerca dos nativos. Este

⁵ Área do semiárido sujeita a grandes períodos de estiagem, compreende um total de 1.348 municípios entre os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

conflito teve uma cobertura jornalística até então nunca realizada e dela surgiu uma das obras mais importantes de nossa literatura, *Os sertões* de Euclides da Cunha (1866-1909). Nela figura um retrato avassalador daquela terra e sua gente em meio à luta travada em Canudos.

Como correspondente jornalístico do referido conflito *in loco*, Cunha foi um pouco além da tarefa de elaborar os informes da guerra. O estranhamento diante daquele lugar e daquela gente, em pleno alvorecer da jovem república brasileira, despertou-o para os diferentes condicionamentos do lugar, sobretudo aqueles de ordem natural, transformando-o assim num dos mais importantes intérpretes do Brasil. Tomando como metáfora o sertão, sua obra projetou imagens e paisagens que atravessaram o tempo e se instauraram na memória coletiva, conforme observamos abaixo:

Então, a travessia das veredas sertanejas é mais exaustiva que a de uma estepe nua. Nesta, ao menos, o viajante tem o desafogo de um horizonte largo e a perspectiva das planuras francas. Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante... (CUNHA, 2002, p. 116)

Aspectos de ordem natural como esta inóspita vegetação apresentada acima misturavam-se à sensação temporal de imobilidade, à dificuldade da vida e à conseqüente imposição ao desafio de sobreviver ali. Na visão euclidiana – indisfarçadamente evolucionista/determinista –, as condições naturais do espaço deram origem a um sujeito diferente determinando, assim, substancialmente o seu modo de ser e perceber o mundo:

Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises — quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço — oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais deste país, ela é inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio. Expandindo-se pelos sertões limítrofes ou próximos, de Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, tem um caráter de originalidade completa expresso mesmo nas fundações que erigiu. (CUNHA, 2002, p. 190-191)

A ênfase na intimidade – quase espelhar! – entre homem e meio foi algo demasiadamente explorado pelo pensamento social na transição do século XIX para o XX:

"Sertão" é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro [...] No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, "Sertão" chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira. (AMADO, 1995, p. 145-146).

No referido recorte temporal, experimentou-se o sertão como ingrediente que alimentou toda uma discussão em torno da história e identidade nacionais que não se realizou sem a interação com a categoria regional. De modo geral, a produção literária promoveu uma intensa abordagem do sertão enquanto elemento cultural desde as fases romancista e realista até aportar nos regionalismos e outros formatos produzidos no século XX. Nesse sentido, ainda segundo Janaína Amado (1995, p. 145), “a literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro”.

Dentre essas muitas experiências e significações construídas em torno do sertão, uma delas perpetuou-se de maneira significativa no imaginário brasileiro: aquela em cuja paisagem prevalece a aridez da caatinga num misto de poeira, pedra e sol. Mais ainda: esta imagem arquetípica legitimou-se como atrelada a um recorte regional que se desenhava à época, o Nordeste. Sobretudo em nosso senso comum, sertão e Nordeste passaram a ser tratados como categorias sinônimas, espelhares uma à outra.

Não por acaso, a interpretação de Euclides da Cunha atravessou o século e inspirou significativamente toda uma tradição de intelectuais – sobretudo nordestinos – nas abordagens que estes empreenderam sobre o sertão, principalmente aquelas que estiveram ligadas ao projeto regional a partir do qual foi gestada histórica e culturalmente a região Nordeste nas primeiras décadas do século XX. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). Nessa perspectiva, em *Os sertões*, uma das

passagens mais conhecidas e marcantes, deu o tom e corroborou numa poderosa síntese arquetípica que foi “emprestada” posteriormente à malograda região:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasimodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. [...] É o homem permanentemente fatigado. (CUNHA, 2002, p. 207-208) [Grifo nosso].

Jamais despreziosa – como não é nenhuma obra –, *Os sertões* tornou-se não somente uma fonte de referência sobre a fatídica Guerra de Canudos, mas também um inventário de imagens construídas e partilhadas em torno do sertão. Numa operação da linguagem, que imersa em relações de poder construiu uma identidade de resistência legada ao sertanejo, ela o identifica como forte, resistente ao espaço inóspito, envolto por conceitos arquetípicos tais como o fanatismo religioso e a violência – vistos como – inevitáveis num cotidiano marcado pelas agruras da seca.

3. Ariano Suassuna, o sertão e uma capital literária

Mas aquela imagem literária do *sertanejo como um forte* marcou profundamente não apenas o “Romance de 1930”; as gerações posteriores também se viram instigadas pela mesma. Tanto *Os sertões* quanto o legado do regionalismo nordestino influenciaram sobremaneira uma figura de grande importância na cena literária, artística e intelectual na segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI: Ariano Suassuna (1927-2014). Para Albuquerque Júnior (2001), Suassuna foi um dos artífices que corroboraram a invenção regional do Nordeste inicializada pelo Movimento Regionalista liderado por Gilberto Freyre.

Albuquerque Júnior (2001) chama atenção, sobretudo para o papel exercido da produção teatral de Ariano, naquilo que denominou *cenas de Nordeste*. Reconhecido nacional e internacionalmente pela peça *Auto da Compadecida*, Suassuna foi um intelectual que atuou em diferentes áreas. Bacharel em direito e filosofia, ele foi professor universitário, ocupou cargos públicos no município de Recife e no estado de Pernambuco, idealizou e liderou um movimento artístico cultural nos anos 1970 – o *Movimento Armorial* –, proferiu diversas conferências mais conhecidas como “aulas-espetáculos” por diferentes regiões do Brasil, integrou coletivos teatrais na juventude e experimentou as artes plásticas, dentre tantas outras atividades. Ainda assim, grande parte dessa empreitada realizou-se concomitantemente à sua intensa produção literária.

Ariano foi assim um artista incansável nos vários sentidos da acepção. É impossível restringi-lo somente à condição de professor ou mesmo a de escritor ou “agitador cultural”, como haveria de se presumir. No que se refere à produção literária, incursionou também na poesia e no romance, sempre de modo concomitante, porém foi mesmo com o teatro que ganhou maior notoriedade. Ali empreendeu um olhar sobre o sertão, o nordeste, a cultura e a identidade regional demasiado peculiar.

A Suassuna incomodava profundamente algumas imagens construídas pelo “Romance de 1930”, principalmente àquelas que teciam um olhar negativo ou pessimista em torno da miséria e escassez do lugar e o modo como afetava a vida das pessoas. Para ele, o olhar “realista” exacerbava uma perspectiva “feia”, “cruel” e “estática” sobre o lugar, desconsiderando assim a potência estética que se oferecia à cultura local. O solo pedregoso, a paisagem inóspita e a rudeza da vida eram, para o escritor, uma paleta de imagens passíveis de outra interpretação: havia uma beleza ignorada naquilo tudo.

O sertão era violentamente belo e único, logo era preciso explorá-lo nessa direção estética e poética. Apesar disso, o ponto de partida de Ariano Suassuna, tal qual a dos regionalistas e apesar das divergências, era um conteúdo saudoso.

Embalado pela saudade, em sua literatura ele buscou produzir um efeito de *encantamento* sobre o sertão, tomando-o como “belo rústico”, berço-reduto das mais profundas “raízes” da cultura brasileira em sua visão.

Do Nordeste, a parte que interessava à arte de Ariano era o sertão, lugar que fazia do *sertanejo antes de tudo um forte*, máxima presente em *Os sertões*, obra que conheceu através da biblioteca do pai, também um admirador confesso de Euclides da Cunha. Para Suassuna, no entanto, a força do sertanejo/nordestino estava em sua *astúcia* característica que traz à tona através da personagem João Grilo, o tipo *amarelinho* que domina a cena do *Auto da Compadecida*.

Livremente inspirado em três histórias de folhetos populares que circulavam no Nordeste – *O castigo da soberba*, *O enterro do cachorro*, fragmento de *O dinheiro* do poeta popular paraibano Leandro Gomes de Barros (1865-1918) e na História do cavalo que defecava dinheiro, registrada pelo escritor cearense Leonardo Mota (1891-1948) –, o *Auto da Compadecida* conta as aventuras/desventuras de uma dupla de tipos circenses representada pelos personagens João Grilo e Chicó e ambientadas no sertão paraibano.

Em tom moralizante e em alguma medida religioso, este *Auto* tem como ápice o julgamento final de uma série de personagens mortos em circunstâncias que lhes aproximaram. Em tal julgamento estão presentes: o diabo, chamado de “encourado”, Jesus Cristo apresentado como negro e Maria que atua como advogada dos “acusados” recebendo então o título de “compadecida”. Dentre os vários argumentos que utiliza para defender e livrar João Grilo do inferno e da própria morte, a *Compadecida* refere-se ao “meio” no qual o personagem vive e às dificuldades enfrentadas das quais resultam os seus erros:

A COMPADECIDA:

— João foi um pobre como nós, meu filho. Teve de suportar as maiores dificuldades, numa terra seca e pobre como a nossa.

Não o condene, deixe João ir para o purgatório.

JOÃO GRILO:

— Para o purgatório? Não, não faça isso assim não. (Chamando a *Compadecida* à parte.) Não repare eu dizer isso mas é que o diabo é muito negociante e com esse povo a gente pede o mais para impressionar. A

senhora pede o céu, porque aí o acordo fica mais fácil a respeito do purgatório.

A COMPADECIDA:

— Isso dá certo lá no sertão, João! Aqui se passa tudo de outro jeito! Que é isso? Não confia mais na sua advogada?

JOÃO GRILLO:

— Confio, Nossa Senhora, mas esse camarada enrolando nós dois. (SUASSUNA, 2004. p. 184) [Grifo nosso].

A seca e a pobreza como elementos determinantes no destino daqueles que vivem no sertão estão presentes não somente nesta passagem, mas em toda a peça. As dificuldades existem, tanto que a representação clássica do sertão como espaço da poeira, da violência, do abandono é corporificada na narrativa, porém com um contraponto: a *astúcia* de seu povo em resistir. João Grilo e Chicó, através de sua esperteza, reinventam, pois a vida no sertão. Em referência a *força do sertanejo* evocada por Euclides da Cunha está nessa atitude de *burlar* as dificuldades para existir.

Com esta peça fica claro, portanto, que Suassuna não buscou apenas falar da morte ou do tipo de vida nos rincões do Nordeste à luz da moral religiosa cristã. Havia o objetivo de expressar, através da concepção estética empregada na composição da obra, um repertório de potencialidades culturais do Nordeste em geral e do sertão em particular protagonizadas pelos folhetos populares da literatura de cordel. Demonstrar a ancestralidade do sertão nordestino no que se refere à preservação e reinvenção dos elementos supostamente originários da autêntica cultura brasileira pautava o projeto literário de Ariano.

Os elementos inspiradores do universo suassuniano estavam todos ali: o sertão, a cultura popular com ênfase nos folhetos de cordel, o circo, o teatro de mamulengos dentre outros. No entanto, estes adquirem o sentido de *legados* a partir do momento no qual foram interligados às experiências vivenciadas no sertão por Suassuna com sua família, especialmente a passagem de sua infância em Taperoá e a busca pela reconstrução da sua identidade “perdida” com a morte do pai, quando tinha apenas três anos de idade. Daí se forja o seu pertencimento com o sertão.

Apesar do efeito da identificação (re)produzida ao longo da vida, Ariano não nasceu no sertão nem em Recife, como se poderia supor. Ao contrário, ele nasceu na

capital da Parahyba – atual João Pessoa –, em 16 de junho de 1927, num dos quartos do *Palácio da Redenção*, então sede do governo do referido estado, pois à época seu pai, João Suassuna (1886-1930) era o então presidente do mesmo – ou seja, governador.

A trajetória política de seu pai no contexto de crise oligárquica na *Primeira República* refletiu no seu destino e no de sua família. Deputado federal eleito pela Paraíba, João Suassuna foi assassinado no Rio de Janeiro em outubro de 1930. Ele era apontado como um dos partícipes de um suposto complô que teria arquitetado o homicídio de João Pessoa, então presidente da Paraíba, seu opositor na política local e que havia integrado a chapa de Getúlio Vargas como vice-presidente no pleito federal de 1930.

A crise no sistema oligárquico que decidia a representação federal sempre entre São Paulo e Minas Gerais somava-se ao contexto local paraibano. O resultado foi a eclosão da chamada “Revolução de 1930” que levou simbolicamente à queda das oligarquias e a ascensão de Vargas ao poder. João Pessoa adquiriu *status* de mártir nacional enquanto seus opositores, chefes políticos paraibanos, dentre eles João Suassuna tiveram um lugar menos glorioso nas páginas da história. Para a família Suassuna, Dona Rita e seus nove filhos, restou um clima inóspito e de perseguição em seu estado de origem, tanto que aos poucos, acabam se mudando por completo em 1942 para Recife, capital de Pernambuco, onde os herdeiros dão continuidade aos estudos.

Porém antes dessa ida definitiva, os Suassunas se estabeleceram em 1933 em Taperoá, no sertão da Paraíba, onde estava radicada a família materna de Ariano. Lá se revezavam entre o sobrado na cidade e os períodos nas fazendas Malhada da Onça e Carnaúba, de propriedade de seus parentes locais. Durante essa fase, Ariano e seus irmãos tiveram em seu tio materno Manuel Dantas Vilar e em seu “primo” e “tio de consideração” Joaquim Duarte Dantas suas referências paternas.

Foi também em Taperoá que Ariano iniciou os estudos e ficou dos seis aos quinze anos de idade, mas a partir dos dez, sua estadia era apenas em períodos de férias, pois já residia em Recife onde prosseguia na escolarização. Foi também nesse

espaço-tempo que ele desbravou o acervo da biblioteca do pai começando pela leitura marcante das obras de Alexandre Dumas, Monteiro Lobato dentre outros, mas também dos folhetos de literatura de cordel.

Pode-se afirmar que nesse período de sua infância vivida no pequeno município paraibano *o sertão foi surgindo como um espaço de experiências* fundamentais para Ariano. (MARTINS, 2011). Lá ele assistiu pela primeira vez apresentações de cantadores, violeiros, mamulengos, além do circo, cinema e teatro. Observa-se depois em suas obras que tais elementos tornaram-se ingredientes indispensáveis em sua receita literária e cultural.

Mais tarde todas essas expressões artísticas tornaram-se componentes facilmente identificáveis e perceptíveis na arte produzida pelo próprio Ariano, seja em seu teatro, sua poesia, seu romance, nas artes plásticas, no Movimento Armorial, nas políticas de cultura que promoveu através dos cargos políticos que exerceu ou mesmo em suas famosas aulas-espetáculos. Nesse sentido, Taperoá fora *o espaço de experiência no processo de construção do pertencimento ao sertão* por parte de Suassuna. Por isso, como destacou Idelette Santos (1999), esta pequenina cidade do sertão paraibano ocupa na obra suassuniana o *status* de “capital literária”, ou como diria Certeau (1994), um espaço cruzado, enveredado, caminhado pelas *ações narrativas*, os relatos do futuro escritor.

4. Um castelo para um reino

Ainda que Taperoá tenha ambientado de fato a história do *Auto da Compadecida*, foi, sobretudo, por ser ter sido também o cenário das adaptações dessa peça para o cinema e TV nos anos 2000 que a pequena cidade do interior do sertão paraibano tornou-se de fato (re)conhecida pelo grande público. Além disso, a cidade também está presente no romance de Suassuna, onde atua como um dos elementos da representação do sertão construída pelo escritor. Tratava-se de um projeto literário maior e que se deu simultaneamente à produção teatral e a outras atividades desenvolvidas pelo escritor.

Para tanto, sua incursão pelo romance de ficção resulta do objetivo de escrever uma biografia do pai, *Vida do Presidente João Suassuna, Cavaleiro Sertanejo* na década de 1950. Entretanto, segundo o próprio Suassuna (2008), a carga dramática envolvida o fez abandonar a ideia. Tempos depois, no final dos anos 1950, ele começou a escrever o *Romance d'A Pedra do Reino* concluído e publicado em 1971. Ainda que não consista numa biografia do pai, nesta obra, Ariano consegue metaforicamente transpor para a história todo um universo de referências simbólicas que norteiam a memória que construiu em torno de João Suassuna.

Por outro lado, o *Romance d'A Pedra do Reino* mescla em sua narrativa culturas, lugares e tempos distintos. A perspectiva estética construída é a *armorialidade*, uma invenção do próprio Suassuna (1974) que consiste na produção de uma arte erudita brasileira com inspiração e tema na fonte popular, especialmente o folheto de cordel. Isso fica claro quando identificamos no romance em questão o espaço de teorização desse conceito enquanto que no Movimento Armorial liderado e promovido por Ariano deu-se a experiência prática da produção de uma arte armorial brasileira, explorando diferentes expressões, desde a música, as artes plásticas, a literatura, a dança dentre outras.

A perspectiva armorial estava a serviço da promoção do sertão do nordeste como reduto da potência universal da arte brasileira. Neste sertão havia se preservado a “essência” das manifestações culturais miscigenadas que originaram a identidade nacional. Assim, a literatura de cordel atua como fio condutor do passado pré-nacional, trazendo à tona a sua ancestralidade nas formas ibero-medievais e barrocas. Há muitos elementos nessa leitura de nossa cultura e história, tais como o messianismo sebastianista que oferece ao sertão a metáfora de enobrecimento, a ideia de “reino”. (MARTINS, 2011). Porém muitas outras conjunturas históricas transitam no romance, inclusive aquelas relacionadas aos eventos políticos de 1930.

No *Romance d'A Pedra do Reino* há um mundo a ser celebrado: o espaço rural do sertão. Este mundo que, para Suassuna, fora relegado e desprestigiado desde a Revolução de 1930, parecia não possuir mais espaço num país cada vez mais ávido

por urbanização e industrialização. Em contrapartida, para o escritor, aquele era o berço da sua identidade, o espaço-tempo de seu pai onde preservara o suprassumo cultural do Brasil a ser desvelado. Desse modo, o mundo pré-1930 é agenciado por imagens e referências à ruralidade e disso resulta a representação do sertão como um “reino” cujo fermento é idealização do escritor a partir da tríade *pai-família-terra*. (MARTINS, 2011).

Esse mundo rural pré-1930 ganha corpo no romance através fazenda *Onça Malhada* de propriedade do fazendeiro Sebastião Garcia-Barretto, do tio-padrinho do protagonista Quaderna. Na narrativa, esta fazenda se assemelha a fusão das fazendas que pertenceram aos Suassunas: *Acauban* – situada atualmente no município de Aparecida no Alto Sertão da Paraíba – e *Malhada da Onça* – localizada em Taperoá.

Na elaboração dessa geografia de encantamento e pertencimento, Taperoá faz companhia a estas fazendas. Juntos, estes três espaços formaram uma cartografia de referências significativas, ou seja, *lugares de memória* – aqueles “restos”, “objetos no abismo” que, com efeito, podem “prender o máximo de sentido no mínimo de sinais”, espaços ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais como definiu Pierre Nora (1993). Nessa cartografia estavam salvaguardadas as lembranças mais preciosas de Ariano: àquelas que continham pedaços de momentos divididos com o pai. De acordo com Carlos Newton Júnior (1999, p.211):

Para Ariano, a Acauhan-Malhada da Onça seria uma espécie de paraíso perdido, para onde não se pode retornar jamais. Um reino de inocência pura, que se perpetua na obra do autor. Uma Pasárgada impossível, porque mesmo se o lugar existisse, do ponto de vista geográfico, seu rei está morto, o rei que lhe atribuía sentido. Por outro lado, [...] o projeto do reino, em Suassuna, partindo de Acauhan, vai se propagando, em extensão, para outros lugares: da fazenda para Taperoá, de Taperoá para o sertão paraibano, deste para todo o sertão nordestino, do sertão para o Nordeste inteiro.

A problemática é como uma cidade, no caso de Taperoá, atua imagética e discursivamente no romance como um elemento, um endosso da ruralidade. Ou seja: como o urbano e o rural se fundem a serviço desse último. Para “combinar” com esse contexto, a cidadela sertaneja que foi palco das espertezas de João Grilo no *Auto da Compadecida* se transforma no *Romance d’A Pedra do Reino* em “vila”. Mergulhada na

prosa heráldica de Suassuna/Quaderna, e envolta de ornamentos nobiliárquicos para abrigar a “realeza sertaneja” é apresentada como *Vila Real da Ribeira de Taperoá*, localizada no “Sertão dos Cariris Velhos da Capitania e Província da Paraíba do Norte”. Logo, apresenta-se como uma espécie de castelo do reino do sertão e deslocada para um tempo outro sintetiza uma “beleza estranha”, conforme se observa nas palavras de apresentação por Quaderna:

adaptando ao nosso caso as palavras iniciais de Nuno Marques Pereira, falo do modo que segue sobre o lugar onde se passou a nossa estranha Desventura: "Uns doze graus abaixo da Linha Equinocial, aqui onde se encontra a Terra do Nordeste metida no Mar, mas entrando-se umas cinquenta léguas para o Sertão dos Cariris Velhos da Paraíba do Norte, num planalto pedregoso e espinhento onde passeiam Bodes, Jumentos e Gaviões sem outro roteiro que os serrotes de pedra cobertos de coroas-de-frade e mandacarus; aqui, nesta bela Concha, sem água mas cheia de fósseis e velhos esqueletos petrificados, vê-se uma rica Pérola, engastada em fino Ouro, que é a muito nobre e sempre leal Vila da Ribeira do Taperoá, banhada pelo rio do mesmo nome". (SUASSUNA, 2007, p. 33).

Como se percebe, a Vila de Taperoá traduz um *corpus* de imagens do sertão. Mas, sofre o efeito do enobrecimento armorial, revertendo a sua própria estranheza em matéria de encantamento. De algum modo, isso se interliga a noção do *maravilhoso* que, segundo Stephen Greenblatt (1996), está vinculada às tradições e às narrativas míticas, à visão messiânico-milenarista que constrói espaços utópicos situados para além da realidade, mas que se instauram nela sob forma de crença, esperança.

É justamente neste sentido que, no romance de Suassuna, se estabelece algo como uma “ordem do maravilhoso”, capaz de reconfigurar a realidade mais árida numa catarse lúdica, como observamos na fala de Quaderna sobre os folhetos de cordel como metáforas de uma “restauração” desse mundo idealizado, pois neles “as Fazendas sertanejas são Reinos, os fazendeiros são Reis, Condes ou Barões, e as histórias são cheias de Princesas e cavaleiros; de filhas de fazendeiros e Cangaceiros, tudo misturado!”. (SUASSUNA, 2007, p. 82). Embriagado dessa visão ele conclui: “Minha vida, cinzenta, feia e mesquinha, de menino sertanejo reduzido à pobreza e à dependência pela ruína da fazenda do Pai, enchia-se dos galopes, das cores e bandeiras das Cavalhadas, dos heroísmos e cavalarias dos folhetos”. (SUASSUNA, 2007, p. 100).

O cenário para esse teatro de uma vida possível ou ideal era justamente Taperoá, arremessada para um passado de formas idílicas. Inspirado no universo dos folhetos de cordel, o cenógrafo Ariano Suassuna faz de Taperoá o espaço-tempo de cavalgadas, cavahadas, procissões, feiras e todo tipo de festejo popular. Isto faz parte da estratégia armorial que “funde contrastes”, “harmoniza diferenças” e promove um prisma dionisíaco para o sertão e sua gente, conforme destacou Maria Thereza Didier Moraes (2000).

O sertão é um espaço *castanho*, miscigenado, originário, belo. Diante disso, para aquela concepção euclidiana *do sertanejo como um forte*, Ariano Suassuna ofereceu um conceito complementar: o *ser castanho* – o próprio sertanejo, homem identificado com as terras ásperas e secas, síntese dos contrastes culturais da nação, espelho da resistência de uma narrativa de origem, imagem de uma cultura fóssil, ser festivo, dionisíaco, alucinado, aglutinador das mais viscerais diferenças, tradução de uma ordem perdida no tempo e viva na literatura: o mundo rural pré-1930, o reino suassuniano.

5. Considerações finais

A reflexão tecida no decorrer dessas linhas teve como problemática central a influência das interações entre as categorias de urbano e rural na concepção de sertão construída por Ariano Suassuna. Quando nos reportamos à obra desse escritor, a categoria espacial que sobressai é justamente o sertão, um dos centros de seu discurso. Apesar de sua trajetória biográfica apontar para uma vida prioritariamente vivida na metrópole pernambucana de Recife, é notável a relação que ele buscou tecer entre ele e sua obra com o interior do Nordeste condensado na ideia de sertão.

Esta “identificação”, porém é muito mais oriunda de suas origens familiares do que propriamente o resultado de uma vida no sertão. Mesmo assim, para grande parte do público não é difícil supor que Suassuna tenha passado a vida toda na caatinga em meio aos “causos” e personagens que habitam sua literatura. Poucos sabem, inclusive, que ele seu berço familiar de uma elite política que disputava o poder oligárquico na Paraíba dos anos 1920 e 1930.

As relações políticas de sua família no contexto da Revolução de 1930 conduziram Suassuna à busca por uma “identidade perdida” com o assassinato do pai no clima inóspito daqueles tempos. O mundo social que começara a se construir – e a ser valorizado – no Brasil pós-Revolução era pautado pela crítica a um país ainda agrário, cuja política de favores ditava as regras do poder. É nesta conjuntura de transformações que Ariano cresce e constrói sua própria perspectiva assentada na ameaça que o processo de urbanização e industrialização representava para as “tradições culturais brasileiras”.

Na defesa da tradição como fonte “revolucionária” da cultura nacional, Suassuna valoriza em sua obra o mundo rural, aquele que se viu apartado desde a infância com a perda do pai e que só era vivenciado nos períodos de férias no interior da Paraíba, nas fazendas da família materna no município de Taperoá. É interessante perceber, então, como esta cidade paraibana materializa em si – na abordagem suassuniana – a perspectiva ideal da fusão urbano-rural. Afinal, na literatura desse escritor ela continua sendo sinônimo de urbano, porém com um toque estético e ideológico rural. Taperoá torna-se, assim, uma cidade símbolo do rural, uma urbe idílica, o rural em toda a sua potência cultural.

Taperoá como capital literária da obra de Suassuna é a síntese de tempos imemoriais e um espaço cujas fronteiras urbanas e rurais são móveis. Por vezes, soa como uma grande fazenda sertaneja, uma fortaleza de pedras em pleno sertão, espaço de encontros espaço-temporais diversos, um éden estranho, uma não-cidade que serve de modelo para delinear o discurso acerca da “típica cidade dos sertões” que habita o imaginário sobre a região Nordeste na literatura, no cinema, na TV. Por fim, a pequena cidade paraibana é na obra de Suassuna a projeção de uma cidade que não resiste ao tempo enfrentando-o, preservando em si e nas relações com e entre os seus sujeitos as mais antigas referências culturais brasileiras. Como o sertão, Taperoá está na obra de Ariano Suassuna a serviço de sua visão de mundo sendo objeto de apropriação de seu discurso. Tanto o sertão como Taperoá são apresentados como espaços de marcas ruralizadas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJM, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **O Teatro da história: os espaços entre cenas e cenários**. Natal: 2005. 11p. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/durval>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2007.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151.
- BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia hist.** [online]. 2006, vol.22, n.36, pp.460-475.
- CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. In: _____. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MARTINS, Jossefrania Vieira. **O reino encantado do sertão: uma crítica da produção e do fechamento da representação do sertão no romance de Ariano Suassuna**. Dissertação de Mestrado em História. Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.
- MORAES, Maria Thereza Didier. **Emblemas da Sagração Armorial: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.
- NEWTON JÚNIOR, Carlos. **O pai, o exílio e o reino: a poesia armorial de Ariano Suassuna**. Recife/PE: Ed. Universitária da UFPE, 1999.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Proj. História**, São Paulo (10), Dezembro, 1993. p. 7-28.

POMIAN, Kzryzstof. História e Ficção. **Proj. História**, São Paulo, (26), jun., 2003. p. 11-45.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Em demanda de poética popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SUASSUNA, Ariano. **Almanaque Armorial**. Seleção, Organização e Prefácio de Carlos Newton Júnior. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

_____. **Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

_____. **O Movimento Armorial**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1974.

_____. **Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

A EXPERIÊNCIA DA ESPACIALIDADE COLONIAL: SÃO LUÍS, CERCANIAS E SERTÕES (FINAL DO SÉCULO XVII E INÍCIO DO SÉCULO XVIII)

Mariana Ferreira Schilipake¹

Artigo recebido em: 15/11/2018.

Artigo aceito em: 23/04/2019.

Resumo

Este artigo discute a espacialidade das relações no Maranhão, entre finais do século XVII e o início do XVIII, por meio da intensa relação entre São Luís e os espaços mais ou menos distantes do núcleo urbano, como as cercanias da cidade e demais sertões. As práticas e experiências dos sujeitos que viviam e circulavam por esses diferentes espaços denotam a complementariedade existente entre eles. Esta perspectiva pode ajudar a compreender a complexidade da dinâmica espacial da região, para além de contraposições entre mundo urbano e mundo rural, ou entre cidade e sertão. Busca-se, além disso, contribuir para o entendimento do papel da cidade de São Luís no próprio processo de ocupação da região e de constituição da territorialidade maranhense.

Palavras-chave: Espaço, cidade, cercanias, sertão.

Abstract

This article discusses the spatiality of relations in Maranhão between the end of the seventeenth century and the beginning of the eighteenth century, through the intense relationship between São Luís and the spaces more or less distant from the urban center, such as the closeness of the city and other backwoods. The practices and experiences of the people who lived and passed through these different spaces denote the complementarity between them. This perspective can help to understand the

¹ Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista da CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2183643969144215>.

complexity of the spatial dynamics of the region, as well contrasts between the urban world and the rural world, or between the city and the backwoods. It also seeks to contribute in the understanding of the role of the city of São Luís in the process of occupation of the region and the constitution of the territoriality of Maranhão.

Key-words: Space, city, closeness, backwoods.

Os estudos clássicos da moderna historiografia brasileira tenderam a subestimar o desenvolvimento urbano durante o período colonial². Segundo Renata Malcher de Araujo, esta historiografia contribuiu para cristalizar a ideia do predomínio do mundo agrário sobre o urbano na colônia, desconsiderando o papel das cidades na constituição do território colonial. Tal concepção, portanto, acabou perpetuando certo “congelamento” das pesquisas sobre a formação das cidades no Brasil (ARAUJO, 2007, p. 339).

Os trabalhos existentes sobre as cidades coloniais, notadamente sobre São Luís, no Maranhão, têm se concentrado na análise das formas de exercício de poder no âmbito do Antigo Regime, nos conflitos entre autoridades coloniais e metropolitanas, nas relações de compadrio e de promoção social, e demais práticas culturais³. A discussão sobre a dimensão espacial da constituição propriamente dita

² Ver, por exemplo: PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1928]; FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal*. São Paulo: Global: 2003 [1933]; HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936]; PRADO JUNIOR, C. *Evolução política do Brasil: e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1942].

³ No bojo das discussões historiográficas mais recentes acerca das cidades coloniais, estes trabalhos dedicaram-se ao Estado do Maranhão, mais precisamente, à cidade de São Luís: CARDOSO, A. O dom de governar: São Luís e a ideia de justiça nos Livros da Câmara (século XVII). *Anais do VII Encontro Humanístico* (2007). São Luís: EdUFMA, 2008, pp. 249-256. _____. Poderes internos: a cidade de São Luís e o discurso da Câmara no século XVII. IN: *Ciências Humanas em Revista*. São Luís, v. 5, n. 2, dez/2007. p. 125-142. COELHO, R. P. Comunicação Política: Governadores e a Câmara de São Luís e de Belém na documentação do AHU (Século XVII). *Revista Anagrama*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013, vol. 6. CORRÊA, H. M. M. “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). (Tese de Doutorado) – UFF, Niterói, 2011. DIAS, J. S. *Os Verdadeiros conservadores do Estado do Maranhão: poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)*. (Dissertação de Mestrado) – UFPA, Belém, 2008. FEIO, D. S. *As câmaras municipais: administração, elites e exercício do poder local na Amazônia colonial (1707-1722)*. (Monografia de Graduação) – UFPA, Belém, 2007. _____. *O nó da rede de ‘apaniguados’: oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII)*. (Dissertação de Mestrado) – UFPA, Belém, 2013. SANTOS, F. V. dos. “A reação dos ‘cidadãos’ do Estado do Maranhão aos “maus procedimentos” do governador João da Maia da Gama (1722-1728)”. *Anais da XXIV Sociedade Brasileira de Pesquisa*

da cidade colonial, e das relações tecidas nesse processo, ainda têm recebido menor atenção.

Por outro lado, no tocante ao antigo Estado do Maranhão, é latente a oposição entre a cidade (São Luís) e o sertão na historiografia regional⁴, devido à própria interpretação do processo de ocupação da região em duas frentes – a litorânea do século XVII e a posterior proveniente da Bahia e Pernambuco, atrelada ao avanço do gado e responsável pela ocupação do centro-sul maranhense (CABRAL, 1992, p. 59). A cidade de São Luís estaria apartada dos sertões maranhenses, ao passo em que se ligava ao litoral, ao Atlântico.

Ao que parece, contudo, esta dicotomia pautada na concepção de processos históricos desconectados não abarca as especificidades das relações espaciais na região, pois os vários espaços que a compunham - o núcleo urbano de São Luís, suas cercanias, povoações vizinhas e sertões - se conectavam formando um panorama mais complexo do que a oposição entre um Maranhão litorâneo e um Maranhão do gado⁵. As relações constituídas a partir da cidade com os espaços que a circundavam contrariam a ideia de mundos separados, recolocando o próprio papel de São Luís na construção da territorialidade da região norte da América portuguesa.

A perspectiva de Michel de Certeau de que as práticas do espaço não correspondem exatamente às configurações geográficas que procuram defini-los, pode ajudar a pensar as práticas espaciais dos moradores do antigo Estado do Maranhão, no sentido de mostrar como elas possivelmente transpunham a ideia de

Histórica (SBPH). Curitiba: SBPH, 2004, pp. 149-155; XIMENDES, C. A. *Sob a mira da câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)*. (Tese de Doutorado) – UFF, Niterói, 2010.

⁴ Ver, por exemplo: MARQUES, C. A. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970; MEIRELES, M. M. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: D.A.S.P., Serviço de Documentação, 1960, 395 p; VIVEIROS, J. de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1695)*. São Luís: ACM, 1984.

⁵ Rafael Chambouleyron ressalta que o processo de expansão da fronteira oriental do Maranhão a partir de finais do século XVII até meados do século XVIII, por meio das guerras contra grupos indígenas nos sertões do Maranhão e Piauí, do avanço do gado e da ocupação por meio de sesmarias (grande parte concedidas por governadores) possibilitou a conexão do Estado do Maranhão ao Estado do Brasil, bem como a relação entre o litoral (São Luís) e o sertão. CHAMBOULEYRON, R. Uma sociedade colonial em expansão. O Maranhão e o Grão-Pará de meados do século XVII a meados do século XVIII. In: HULSMAN, L. A. H. C.; CRUZ, M. O. S. (orgs.). *Fazenda e Trabalho na Amazônia, mão de obra nas Guianas: o caso de Berbice (1726-1736)*. Boa Vista: EDUFRR, 2016, pp. 13-39.

que o espaço urbano e o sertão eram realidades opostas. As noções de “selva”, “sertão”, “roça” ou “cidade” são frutos da relação do homem com o meio que o circunda, movida pelo esforço em ordenar os espaços de uma maneira inteligível, “uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p. 98).

Todavia, tais definições que buscam organizar e dar sentido aos espaços não deixam de enquadrá-los. De acordo com Certeau, as fixações teriam o poder de “metamorfosar o agir em legibilidade” (CERTEAU, 1998, p. 176). Para além de um “espaço geométrico”, há que se considerar outra espacialidade correspondente a um “espaço antropológico” conformado por experiências espaciais distintas relativas à nossa própria relação com o mundo⁶. Desse modo, as formas de vivenciar e de praticar os espaços podem ser mais fluídas e, portanto, menos rígidas do que as delimitações de caráter geográfico que definem um lugar, assim como suas características e usos.

A documentação relativa à antiga Câmara de São Luís⁷ mostra que as práticas espaciais na região eram mais complexas do que a oposição estanque entre o urbano e o rural, ou o urbano e o sertanejo. São as relações estabelecidas a partir da cidade de São Luís com seu território mais extenso, cercanias e sertões que configuraram a dinâmica espacial da região e, neste sentido, as várias formas de se praticar o espaço por parte dos moradores.

Para Certeau o espaço é “um lugar praticado”, isto é, construído e significado através das práticas, as quais se exercem sobre o lugar, modificando-o. Ele é vivenciado, consumido e (re) significado pelas ações, pelos movimentos e práticas dos sujeitos ao longo do tempo - “um movimento sempre condiciona a produção de um espaço e o associa a uma história” (CERTEAU, 1998, p. 203). À semelhança da

⁶ O filósofo francês Maurice Merleau-Ponty foi quem estabeleceu a distinção de um “espaço geométrico” em relação a um “espaço antropológico” caracterizado como existencial. Ver: MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁷ Trata-se, principalmente, dos livros da antiga Câmara de São Luís, responsável pela administração da cidade. A principal documentação levantada está disponível em formato digital no site do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

palavra quando falada, o espaço é percebido na ambiguidade de sua efetuação, neste sentido, o “caminhante” - ou aquele que exerce uma ação sobre o espaço - pode atualizar as definições, possibilidades e proibições oferecidas por uma ordem espacial.

A análise dos “termos de vereação” nos *Acórdãos* de São Luís⁸, do final do século XVII e início do século XVIII⁹, permite vislumbrar aspectos das relações estabelecidas entre a cidade, seus arrabaldes e sertões mais ou menos distantes do núcleo urbano. São Luís não se constituía em um organismo circunscrito ao conjunto de casas, praças, igrejas e roças do território sob a jurisdição dos oficiais da Câmara. Nelson Omeña destaca que a cidade colonial existia porque não se isolava “em uma área circunscrita para se contrapor à imensidade dos campos infinitos e desconhecidos” (OMEGNA, 1971, p. 28). A manutenção da população urbana e dos arredores das cidades coloniais dependia das suas ligações com áreas mais ou menos distantes do núcleo principal. Isto porque, como lembra Bernard Lepetit, não é possível conceber a cidade da época moderna “sem um espaço que a circunda e de onde ela extrai o essencial de sua subsistência, boa parte de sua população e seus proventos mais sólidos” (LEPETIT, 2001, pp. 48-49).

A proposta deste artigo é demonstrar como as formas de praticar os espaços poderiam deslocar conceitos fechados ou oposições, como entre cidade e sertão, por exemplo. Esta abordagem visa pensar a cidade de São Luís como um foco irradiador do processo de povoamento e ocupação da região e, ao mesmo tempo, como um organismo que dependia em boa parte dos recursos provenientes de suas cercanias e sertões. Em primeiro lugar, pretende-se discutir a percepção da cidade como um espaço menos definido e circunscrito pelo conjunto de ruas, casas e praças do núcleo

⁸ Os livros de acórdãos registravam as reuniões do concelho, bem como as resoluções dos camaristas acerca de diversas questões. Esta documentação revela muitos aspectos acerca da cidade, seus moradores e as formas de ocupação do espaço.

⁹ O recorte compreende um período menos contemplado pela historiografia em relação à segunda metade do século XVIII, considerado um marco para o desenvolvimento urbano da região norte da América portuguesa, fortemente marcado pelo impacto das reformas pombalinas. Em relação ao espaço urbano de São Luís, Mota e Mantovani destacaram a intensificação das atividades urbanas no período pombalino, bem como a elevação e a diversificação étnica da população. Ver: MOTA, A. da S.; MANTOVANI, J. D. *São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a lei das Sesmarias*. São Luís: Fundação Cultural do Município, 1997, p. 37.

primordial, e onde o “urbano” e o “rural” poderiam estar mais imbricados. Em segundo, buscar-se-á elencar alguns aspectos da intensa relação da cidade com demais espaços, como os sertões, matos e rios da capitania do Maranhão.

A “cidade e seu território”

Nos *Acórdãos* há referências aos aforamentos das terras da Câmara, uma forma comum de ocupação e de distribuição de terrenos. Esta prática, que remonta à reconquista portuguesa, ligava-se à doação régia de uma légua de terra às câmaras municipais estabelecidas, terreno que poderia ser dividido e aforado a quem solicitasse (ENES, 2010, p. 78). Frequentemente lançava-se pregão chamando a “todos os lavradores que lavrão nas terras do conselho se venhão retificar seus foros”¹⁰, caso contrário poderiam ser expulsos delas. Tais roças de moradores estabelecidas nas terras do *Conselho*¹¹ de São Luís favoreciam o abastecimento e a comercialização dos produtos.

A partir do que observa Cláudia Damasceno da Fonseca para as Minas setecentistas, pode-se supor que a cidade e, nesse sentido, as terras do Conselho ou Câmara de São Luís, também compreendiam um espaço mais amplo. Isto é, não estava restrito à *urbs* - o conjunto de ruas, praças, casas e igrejas do núcleo urbano central, mas compreendia a *civitas* – o território sob a jurisdição de uma câmara (FONSECA, 2012). Conforme o modelo português de gestão territorial local, transportado para os contextos coloniais, esse território de jurisdição dos juizes camarários nada mais era do que o “termo” - o espaço no entorno da sede de um

¹⁰ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 3 de janeiro de 1693, fl. 42v.

¹¹ Conforme Rafael Bluteau, a palavra “Concelho” designa as terras que são o termo de uma vila ou de uma cidade. A palavra “termo”, por sua vez, diz respeito ao espaço que abrange a jurisdição dos juizes, assim, “Concelho” correspondia ao espaço que estava sujeito à influência de uma câmara. Ver BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino*. Lisboa Occidental: Patriarcal Oficina da Musica, v. 2, 1712.

Conselho¹². No caso de São Luís, portanto, seria o espaço que circundava o núcleo urbano onde estava instalada a Câmara da cidade.

O termo de uma vila ou cidade (que poderia incluir mais de uma localidade) era circunscrição territorial controlada pela Câmara municipal. Fonseca também se refere ao “rossio” como o terreno que uma câmara poderia dividir em lotes ou “chãos” e aforar aos moradores, o qual estaria compreendido em “um território mais amplo: o termo” (FONSECA, 2012, p. 81). Embora a documentação camarária de São Luís não utilize a palavra “rossio”¹³, podemos considerar que as terras aforadas pelos camaristas diziam respeito a este terreno doado pela Coroa para compor o patrimônio daquela Câmara.

Os terrenos concelhios eram usualmente aforados por indivíduos lavradores, como Pascoal Farias que, no ano de 1698, pediu para “aforar e lavar na terra do Concelho no citio de [Caruatatua] e prometeu pagar de foro dous mil reis por cada anno”¹⁴. Os sujeitos que não dispunham de terras para estabelecer suas roças, precisavam submeter-se a tais contratos enfiteúticos junto à Câmara. Todavia, alguns moradores tentavam burlar a determinação de pagar foros, estabelecendo lavouras sem autorização, como Manoel Roiz da Corte, que acabou preso na cadeia da cidade, e André João, condenado a pagar multa “por constar que tem lavouras nas terras do concelho sem pagar foro nem haver licença para lavar”¹⁵, ambos em novembro de 1699.

Ao que parece, os terrenos aforados eram utilizados para as plantações e/ou criações dos moradores. De modo que, esse espaço relativamente mais próximo do núcleo urbano (relativo às terras concelhias ou ao “rossio”) estava relacionado às

¹² Conforme Fonseca, os Conselhos formavam a base da organização político-territorial portuguesa, cuja forma de organização foi transferida quase sem alterações para as colônias. FONSECA, C. D. da. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

¹³ Segundo Fonseca, o terreno referente ao “rossio” era delimitado a partir de um cento geométrico no “coração da vila” ou, mais precisamente, no pelourinho. FONSECA, C. D. da. *Op. cit.* 2011, p. 30.

¹⁴ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 10 de maio de 1698, fl. 121.

¹⁵ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 28 de novembro de 1699, fls. 147v.

atividades ligadas ao abastecimento de gêneros. O espaço da cidade compreendia tanto o núcleo primordial (que reunia os principais prédios públicos, igrejas, praças centrais e demais casas) quanto tais parcelas de terra do patrimônio camarário que eram aforadas aos lavradores, as quais deveriam estar localizadas nos arrabaldes dessa área central. As atividades que os moradores desenvolviam no âmbito do Concelho, e as formas de ocupação do espaço que eram praticadas mostram como o limite entre o “urbano” e o “rural” não era claro.

Este aspecto também pode ser verificado nas concessões de “chãos” de terra aos moradores, feitas pela Câmara “em nome de Sua Majestade”, por meio das petições de “cartas de datas e chãos de terra e sesmaria” no âmbito da cidade. Tratava-se de prática distinta dos aforamentos, pois os indivíduos que tivessem suas solicitações atendidas não eram obrigados ao pagamento de nenhuma “pensão ou tributo a pessoa alguma, mais que dizimo a Deus dos frutos que nelles colher”¹⁶. As concessões de datas de chãos de terra ou sesmaria presentes no livro de *Registro* da Câmara de São Luís revelam que tais chãos localizavam-se no território de jurisdição da Câmara, poder-se-ia dizer que se tratava de chãos de terra do perímetro da cidade. As descrições da localização de tais terrenos não são precisas, sendo comum a utilização de referências aos terrenos, casas e ruas relacionadas a outros moradores, como as “sobras de chãos” requeridos por Damazio Ribeiro “resto de outras que se derão digo que por este sennado se concedeu ao sargento mor João da Silva Cutrim que também conquistava com os seus quintais”¹⁷. Também eram citadas as fontes de água, Igrejas e Colégios de religiosos presentes na cidade como marcadores espaciais que ajudariam a especificar a localização dos chãos concedidos em cartas de datas e sesmarias.

Além da localização e tamanho dos terrenos, os documentos registravam as justificativas usadas pelos peticionários, os quais frequentemente afirmavam se tratarem de “chãos devolutos”. Luís Lançarote Coelho dizia que “assim por não serem dados por este sennado como por estarem cheios de matos, e nunca serem limpos”

¹⁶ Livro de Registro da Câmara de São Luís de 1710 a 1715, registro de 5 de junho de 1710, fl. 5.

¹⁷ Livro de Registro da Câmara de São Luís de 1710 a 1715, 18 de outubro de 1710, fl. 18-18v.

¹⁸, pedia os chãos devolutos dos quais recebeu mercê em julho de 1710. Tais justificativas ligavam-se diretamente à obrigação de construir casa, cultivar, beneficiar e limpar o terreno, sob o risco de perder o direito de usufruir dele. Manoel Teixeira, que recebeu mercê em carta passada pela Câmara em junho de 1710, foi alertado que seu chão “seria dado a outrem c elle os não cultivou e beneficiou nem serem nunca limpos aos pregões e mandatos desta camara se hão por devolutos para se darem a quem os haja de cultivar e beneficiar como he obrigado”¹⁹.

Embora essa forma de ocupação e de distribuição fundiária estivesse relacionada ao “perímetro urbano” de São Luís e, geralmente, os chãos eram reivindicados para construção de casas de morada, a obrigação de cultivar os terrenos recebidos aparece como condição comum nas concessões feitas pela Câmara. Mas, também, nos próprios pedidos dos requerentes, como a solicitação feita por Fernando Roiz de “huns chãos devolutos cheios de matos correndo sobre [baluarte], e porque os quer cultivar, e fazer nelles alguma obra” ²⁰. Ou, ainda, na própria descrição do chão feita pelo peticionário, como na de Manoel Vieira Ferreira que afirmou ter ciência de que “na rua que vai do [cruzeiro] de Santo Antonio há hir a praia, entre as fontes das pedras, e olaria se acha a rua serrada de matos, e nelle chãos devolutos com grandes arvoredos sem terem dono poes nunca forão roçados” ²¹.

Ressalta-se a necessidade de pensar sobre a noção de espaço urbano da maneira como os contemporâneos possivelmente o percebiam. Em um requerimento apresentado à Câmara pelos misteres do povo acerca das queixas da população sobre a saída do algodão e do açúcar produzido na região, do que “padeciam” os moradores e o comércio da cidade, tem-se na referência aos “moradores desta cidade, e seu território” ²² uma indicação sobre a percepção da cidade como algo menos circunscrito ao conjunto inicial de ruas, casas e praças do núcleo primordial. Tal concepção aponta para o que Cláudia Damasceno da Fonseca chama de espécie de

¹⁸ Livro de Registro da Câmara de São Luís de 1710 a 1715, 2 de julho de 1710, fl. 12-12v.

¹⁹ Livro de Registro da Câmara de São Luís de 1710 a 1715, 5 de junho de 1710, fl. 5.

²⁰ Livro de Registro da Câmara de São Luís de 1710 a 1715, 2 de abril de 1711, fl. 45-45v.

²¹ Livro de Registro da Câmara de São Luís de 1710 a 1715, 16 de abril de 1712, fl. 51.

²² Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 23 de janeiro de 1703, fl. 207-208.

fusão entre a cidade e o território (*urbs* e *civitas*), não existindo uma distinção nítida entre as vilas e os seus respectivos termos (FONSECA, *Op. cit.*).

Nesse sentido, a cidade de São Luís possivelmente correspondia a um território mais amplo, que compreendia espaços os quais a instância municipal buscava controlar, ordenando o povoamento e o beneficiamento, para que os moradores estabelecessem suas casas, roças e/ou criações. Este espaço da “cidade e seu território”, provavelmente, faziam parte de um constante processo de espraiamento, considerando o avanço dos terrenos ocupados na medida em que o espaço da cidade se dilatava do centro em direção aos seus arrabaldes e cercanias.

São Luís e suas cercanias, matos, rios e sertões

Como já ressaltado, as formas de ocupação gerenciadas pela Câmara municipal e sua relação com práticas de caráter produtivo ou de beneficiamento da terra, devem ser consideradas no âmbito do que compreendia o espaço da cidade e seu “termo”. Possivelmente, não havia limites muito bem definidos em relação a uma espacialidade “urbana” ou “rural”, já que o que se propõem é pensar que as experiências daqueles moradores se davam por meio de certa complementariedade entre espaços, que ofereceriam diferentes possibilidades e/ou recursos aos indivíduos, mas que eram vivenciados como partes de uma mesma dinâmica.

Em São Luís a Câmara se reunia, havia tendas de comércio, açougues recebiam as carnes vindas dos currais das cercanias, havia procissões e festas religiosas, terrenos eram ocupados com o intuito de fazer casas (e roças), moradores e escravos transitavam por entre ruas, caminhos, praças e fontes de água da cidade, funcionários da Câmara circulavam pelas ruas divulgando pregões, escravos eram vendidos em praças públicas. Todavia, esse mundo “urbano” ou em processo de urbanização, constituía-se fortemente integrado às áreas destinadas às roças, lavouras, e currais estabelecidos em regiões mais e menos distantes da cidade.

Em junho de 1700 os misteres e procuradores do povo apresentaram aos oficiais camarários de São Luís um requerimento contrário à partida da tropa do locotenente Fernão Carrilho que visava empreender guerra ao *gentio de corso*²³, composta por quarenta soldados da guarnição e moradores, e cerca de sessenta índios. Alegavam que se a tropa seguisse a cidade ficara à mercê da invasão de nações inimigas, ainda mais “porquanto a prassa se acha com pouca gente em razão de os moradores no tempo presente se acharem na fabrica e colheita de suas lavouras”²⁴. Este trecho do requerimento revela uma particularidade do cotidiano dos moradores da cidade, que tinham roças e fazendas estabelecidas nas cercanias, onde passavam boa parte do tempo ocupando-se da produção. Mesmo os que possuíam terrenos ou casas em São Luís ausentavam-se para cuidar de suas lavouras, o que não significa que a vivência urbana fosse menos importante, apenas indica a especificidade da relação entre o espaço urbano e o rural naquela sociedade²⁵.

Desse modo, em que termos pensar a espacialidade das experiências dos moradores? Poder-se-ia, *a priori*, partir da contraposição entre um espaço “mais urbanizado” e as áreas de campos, rios, matos e sertões onde já havia estabelecimentos luso-brasileiros ou estavam em processo de povoamento e ocupação. Por um lado, São Luís ou, mais precisamente, seu núcleo central e arrabaldes mais próximos, por outro, as áreas circundantes ao próprio termo da cidade, onde moradores estabeleciam lavouras, regiões ao longo de rios como Mearim e Itapecuru onde moradores tinham seus engenhos e currais, regiões de matos e sertões em processo de ocupação, onde se guerreava contra gentios e de onde eram descidos indígenas

²³ A expressão era usada para designar os índios que faziam “assaltos” e mortes nas lavouras e nos currais que se estabeleceram avançando pelos sertões do Maranhão. Vanice Siqueira de Melo aponta que nas primeiras décadas do século XVIII muitos moradores e autoridades relataram sobre os ataques de “índios do corso” notavelmente nas regiões dos rios Mearim, Munim e Itapecuru. Ver: MELO, V. S. de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)* (Dissertação de Mestrado) – UFPA, Belém, 2011, pp. 47-51.

²⁴ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 21 de junho de 1700, fl.163.

²⁵ A preeminência do campo sobre a cidade foi cristalizada como traço característico da população colonial. Para Prado Junior, a maior parte dos centros urbanos coloniais “não é senão um apêndice rural, um puro reflexo do campo”. Quase todos os moradores destes núcleos “será de lavradores que vivem normalmente dispersos na vizinhança, às vezes até mesmo muito afastados, e que os procuram só aos domingos e dias de festa”. PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 68.

para a cidade e para os aldeamentos. Tais espaços definem-se por meio da própria oposição que estabelecem entre si – aquilo que é cidade não é campo, mato ou sertão e, da mesma forma, o que é caracterizado como região de matos, área de gentio brabo, “sertão” ou roça não pode ser “cidade”. Entretanto, como alertou Michel de Certeau, as conceituações podem ter a função de nivelar e homogeneizar as práticas de espaço (CERTEAU, *Op. cit.*).

De acordo com Milton Santos, o espaço²⁶ seria o resultado da intrusão da sociedade, não podendo ser definido como um dado ou objeto pré-existente à ação humana. Conforme o autor, ele “é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” e, seu valor individual, é influenciado pelo valor que a sociedade “em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem” (SANTOS, 2006, p. 67). Os moradores do Maranhão dos séculos XVII e XVIII faziam uso de nomes e expressões que davam sentido àqueles espaços e às relações que estabeleciam com eles, caracterizando-os, dando uma inteligibilidade própria à realidade na qual estavam inseridos. Todavia, em vez de serem pensados meramente por meio de uma oposição, há possibilidade de considerá-los na sua relação de complementariedade, levando em conta que a espacialidade das práticas daqueles sujeitos denotava a intensa relação da cidade com suas adjacências e sertões, mais ou menos próximos.

Os sertões forneciam boa parte da mão-de-obra necessária às atividades dos moradores e aos serviços reais, e as tropas organizadas a partir de São Luís abasteciam a cidade, seus arredores e demais partes da capitania. Um requerimento apresentado ao governador D. Manoel Rolim de Moura citava a ordem de Sua Majestade para que anualmente “se expedisse hua tropa ao certão do rio das Amazonas a fazer pessoas de resgates escravas para se acudir as necessidades deste povo”²⁷. Esta era uma

²⁶ Para Milton Santos, a distinção entre “espaço” e “paisagem” seria, no entanto, epistemologicamente fundamental. O autor afirma que toda paisagem é caracterizada por uma dada distribuição de formas-objetos, cada uma com seu conteúdo técnico específico, ao passo em que o espaço é “resultado da intrusão da sociedade nessas formas-objetos”. Por isso que, os espaços não mudam de lugar, mas de significação, função e de “valor sistêmico”. Ver: SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 67.

²⁷ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 13 de julho de 1702, fl. 205.

questão crucial para as autoridades e para a população que padeceria “por falta de índios para remarem as canoas e dos resgates e generes para elles”²⁸.

Em maio de 1702, por exemplo, os oficiais da Câmara tratavam da “noticia que nas cabeceiras do rio Mearim em há paragem que chamam o [guayaû] esta hua ou mais Aldeyas de gente forra” que se desceria “para se aldear nessa ilha” para serviço real e dos moradores²⁹. A vida em São Luís e nas suas cercanias estava inquestionavelmente atrelada à disponibilidade de índios do sertão. Conforme Carlos Ximendes, a própria Câmara buscava justificar os descimentos, bem como a captura e escravização de indígenas, considerando-se que se tratava de atividade rentável tanto para os moradores como a própria Câmara, geralmente alegando a pobreza de ambos e a carência de tais trabalhadores (XIMENDES, 2010, pp. 149-150). Neste sentido, o trânsito permanente de trabalhadores indígenas (tanto livres quanto escravos) é um aspecto fundamental para entender a espacialidade das relações na região, bem como a relação da cidade com os sertões.

A atividade dos marchantes que traziam o gado bovino dos currais dos arredores e sertões para corte e comercialização em São Luís também constituía em prática indispensável à manutenção da população. Os oficiais camarários estabeleciam o contrato de arrematação junto ao marchante que fazia a condução das cabeças de gado com o uso de canoas, atividade que dependia da mão-de-obra fornecida pela Câmara, ou de índios alugados pelo próprio arrematador.

Em janeiro de 1696, João Alves Carapina se comprometeu em não faltar com o fornecimento da “dita carne ao povo tendo os pretos necessarios para a condução delas”. Contudo, faltando-lhe posses para alugar índios às suas próprias custas, desistiu do seu lance, tendo Diogo de Moura Porto assumido a arrematação, o qual “todos os sabados será obrigado a não faltar com a canoa de gado ordinaria”³⁰. Ao

²⁸ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 13 de julho de 1702, fl. 205v.

²⁹ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 23 de maio de 1700, fl. 201-201v.

³⁰ O marchante prometeu que “nas ocaziões de festa faria athe sincoenta cabeças”. Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 20 de janeiro de 1696, fl. 83-84.

abastecer São Luís e arredores, esta atividade conectava a cidade aos locais de criação de gado nos sertões e, também, às regiões além do território da capitania por meio do comércio das carnes³¹.

Frequentemente saíam tropas de São Luís a combater grupos indígenas dos sertões. A região do rio Mearim, bem como dos rios Itapecuru e Munim, havia se conformado como área de tensões entre luso-brasileiros e grupos indígenas, desde o século XVII, intensificadas durante a primeira metade do século XVIII (MELO, 2011). Em 1691 os camarários chamavam os moradores para contribuírem com os trezentos alqueires de farinha necessários à manutenção da “tropa que detremina armar contra o gentio que infesta o rio Miarim”³². Tratava-se de índios não descidos ou aldeados que assolavam as roças, engenhos e currais de moradores³³ estabelecidos ao longo dos principais rios da região. Tais indígenas eram percebidos como entraves ao processo de ocupação e de “civilização” dos sertões da capitania, no âmbito do qual estava em jogo a própria definição das fronteiras do Estado.

Estes espaços deveriam tornar-se produtivos, povoados por luso-brasileiros e “desinfestados” dos gentios. Nesse sentido, poderiam ser concebidos como espaços não ordenados ou não “civilizados”, embora estivessem dinamicamente atrelados ao funcionamento da cidade. São Luís dependia dos recursos provenientes dessas áreas que iam sendo ocupadas com o avanço da lavoura, da criação de gado e do enfrentamento com grupos indígenas. Mas, ao mesmo tempo, a cidade cumpria um papel como polo irradiador da colonização e da conquista do território na região³⁴.

³¹ Segundo Bettendorff, a carne fresca disponível aos moradores da cidade de Belém, “que cada semana se lhe corta a preço acomodado”, era “vinda dos currais de Tapuytaperá, dos grandiosos pastos do Rio Meary”. BETTENDORF, J. F. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1698)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I, 1910, p. 19.

³² A carta chegava através do sargento-mor João Duarte Franco. Os oficiais da Câmara chamaram as pessoas que pudessem ter a farinha e foi Antonio de Matos que se comprometeu fornecê-la todas as vezes que solicitado. Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 2 de junho de 1691, fl. 13v.

³³ Segundo David Feio, vários vereadores das câmaras da cidade de Belém e de São Luís possuíam roças em lugares “apartados”, isto é, eram proprietários de terras nos sertões mais ou menos próximos. FEIO, D. S. da S. *Op. cit.* p. 76-77.

³⁴ Chambouleyron e Melo destacam que a ocupação dos sertões orientais do Maranhão se deu por meio de duas frentes – a mais antiga partindo de São de Luís em direção ao sudeste e, a posterior,

A cidade projetava-se aos sertões, através dessa expansão que se dava ao longo de importantes rios da capitania, a despeito das hostilidades que “tem feito o tapuia inimigo nos rios Meari e Itapecurú a quarenta annos a esta parte, dando assaltos nos engenhos e lavouras e currais”³⁵. Boa parte dessa ocupação era proveniente de São Luís e vários moradores da cidade eram proprietários de terras e possuíam lavouras e engenhos em lugares apartados.

Conforme Kalina da Silva, a ideia de “sertão”, que esteve presente no imaginário português desde o século XVI, foi sendo transplantada para os territórios coloniais e constitui-se a partir da oposição entre o litoral primeiramente colonizado da América portuguesa e as áreas distantes da costa e fora da jurisdição metropolitana (SILVA, 2006). Além disso, agregaria a ideia de um espaço rural, não civilizado, um “mundo estranho à cidade e às atividades cidadinas” (MORAES, 2002, p. 366). Contudo, a noção de sertão poderia ganhar múltiplos significados. Rafael Chambouleyron, Monique Bonifácio e Vanice de Melo destacam que os sertões da região norte da América portuguesa possuíam diversos significados correspondentes à própria especificidade do processo de expansão portuguesa na região. Os autores apontam as noções de “vastidão, distância, oposição ao litoral, acracia, refúgio, violência, conversão” (CHAMBOULEYRON; BONIFÁCIO; MELO, 2010, p. 18) entre os vários sentidos atribuídos a estes espaços.

Todavia, alguns desses significados poderiam ser atribuídos a espaços que já possuíam certo grau de povoamento luso-brasileiro, mesmo que incipiente. Em 1703 os camarários de São Luís afirmavam que “para se evitarem os [gastos] que com a justiça se fazem”³⁶ era necessário instituir um tesoureiro dos órfãos, um juiz e um escrivão nos Rios Mearim e Itapepecucu. Alegavam que “no lugar no Meary por haverem aqueles vizinhos, e moradores que expõem a ley haja nelle hum juiz de

proveniente da Bahia em direção ao oeste, ambas consolidadas no final do século XVII. CHAMBOULEYRON, R; MELO, V. S. de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 168 (2013), p. 195.

³⁵ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 10 de junho de 1698, fl. 124-124v.

³⁶ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 12 de outubro de 1703, fl. 226v-227.

vintena”, nomeado anualmente conforme dispunha a lei, “para fazer as diligencias e dar dellas conta aos membros como he obrigado”³⁷.

Antonio Dutra, “morador no dito rio Meary”, foi eleito juiz de vintena em outubro de 1703, com o intuito de facilitar o tratamento de certas matérias que, posteriormente, deveriam deviam ser remetidas ao juiz ordinário em São Luís. Era necessário que os indivíduos que “expõem a ley”, não permanecessem fora do alcance da jurisdição camarária e das punições às ilegalidades que porventura cometessem. O juiz de vintena³⁸ poderia incarnar a imagem da justiça no cotidiano daquelas localidades, além de diminuir os custos ao erário da Câmara com diligências que fossem necessárias naquelas paragens.

Tal preocupação corrobora as concepções destes espaços, muitas vezes denominados de “sertões”, a partir da ideia de distância, de local inculto e fora do alcance das autoridades coloniais. A necessidade de nomear os cargos de tesoureiro de órfãos, escrivão e juiz de vintena para o Mearim e Itapecuru pode ser entendida como o esforço por parte do centro de poder e de justiça, instituído em São Luís (sede do Conselho e do governo da capitania) de se fazer presente naquelas localidades mesmo que, na prática, o controle pudesse funcionar de forma mais fluída.

Considerações finais

³⁷ Livro de acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705, registro do dia 13 de outubro de 1703, fl. 227v.

³⁸ De acordo com Fortunado de Almeida o ofício vintenário data dos primeiros tempos da monarquia portuguesa, no século XIII, e correspondia às jurisdições secundárias e locais, visando facilitar a administração da justiça pelos extensos conselhos. Todavia, o nome “juiz de vintena” data da época de D. Manoel e devia-se ao fato de sua atuação dar-se em pequenas paragens ou aldeias onde havia em média 20 vizinhos ou “fogos”. Eles poderiam julgar causas menores, as quais deveriam ser remetidas aos juizes ordinários da Câmara municipal. Ver: ALMEIDA, F. *História de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925 apud PAIVA, E. F. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 62.

A documentação relativa à Câmara de São Luís possui um caráter administrativo, o que, evidentemente, remete à própria intencionalidade das fontes³⁹, onde é explícita a preocupação da governança local em registrar seus esforços em controlar e administrar os vários espaços que compunham a capitania do Maranhão. Além do espaço urbano principal de São Luís, as demais terras nos arredores, incluindo os sertões, precisavam ser inseridas na lógica de ocupação e de gestão do espaço maranhense, mesmo de maneira fluída.

No tocante à cidade e seu território mais extenso, arrabaldes e sertões, pode-se dizer que formavam um panorama espacial relativamente articulado pelas diversas experiências dos indivíduos que viviam e transitavam no território referente à antiga capitania do Maranhão. Por um lado, as relações que foram construídas a partir do núcleo urbano com suas áreas circundantes podem ajudar a perceber como a dinâmica da espacialidade na região incorporava espaços distintos, porém, mais ou menos conectados. Por outro, estas relações possibilitam compreender a importância da própria cidade de São Luís na constituição da territorialidade regional.

As práticas cotidianas de um espaço vivido são mais singulares e complexas do que o ordenamento visual e/ou geográfico dos espaços em unidades determinadas como “cidade” ou “sertão”, por exemplo. A dinâmica da espacialidade das relações no Maranhão entre os séculos XVII e XVIII indica que a oposição entre a cidade e o sertão ou entre o urbano e o rural são, de fato, limitantes para compreender a construção da territorialidade da região.

São Luís projetava-se para além do seu núcleo urbano principal, em direção aos locais de roças, às cercanias onde estavam instalados os currais dos moradores e aos sertões onde se guerreava com grupos indígenas hostis, de onde vinha boa parte dos gêneros produzidos na capitania, e de onde eram descidos os trabalhadores indígenas dos quais a cidade dependia.

³⁹ De acordo com Bloch, o passado nos deixa conhecer apenas aquilo que ele mesmo nos fornece, “conscientemente ou não”. BLOCH, M. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 75.

As interações construídas a partir da cidade com demais localidades conformavam um panorama espacial mais complexo, onde os vários sujeitos se relacionavam e circulavam por espaços distintos, os quais ganhavam sentido a partir das experiências e práticas que eram tecidas neles e com eles. Pensar, a partir de Certeau, o espaço enquanto “um lugar praticado” pode ajudar a compreender a importância das práticas cotidianas e específicas de uma sociedade para a construção da territorialidade de uma região, e de como as práticas do espaço determinam em grande medida as condições da vida social.

Fontes manuscritas

Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís de 1689 a 1705.

Livro de Registro da Câmara de São Luís de 1710 a 1715.

Fontes impressas

BETTENDORF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1698)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I, 1910.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario português & latino*. Lisboa Occidental: Patriarcal Officina da Musica, v. 2, 1712.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925 *apud* PAIVA, Eduardo França. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

ARAUJO, Renata Malcher de. Cidades brasileiras patrimônio da humanidade: a reinvenção da herança urbana do Brasil. *Revista do Instituto de História da Arte*, N. 4 (2007), pp. 232-245.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CABRAL, Maria do Socorro Cabral. *Caminhos do gado*. São Luís: SIOGE, 1992.

CARDOSO, Alírio Carvalho. O dom de governar: São Luís e a ideia de justiça nos Livros da Câmara (século XVII). *Anais do VII Encontro Humanístico (2007)*. São Luís: EdUFMA, 2008, pp. 249-256.

_____. Poderes internos: a cidade de São Luís e o discurso da Câmara no século XVII. IN: *Ciências Humanas em Revista*. São Luís, v. 5, n. 2, dez/2007. p. 125-142.

CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique. da S; MELO, Vanice Siqueira de. Pelos sertões “estão todas as utilidades”. Trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). *Revista de História*. São Paulo, n. 162, 2010.

_____; MELO, Vanice Siqueira de. Índios, engenhos e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará (século XVII). In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. (orgs.) *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português*. Vinhedo: Horizonte, 2013, pp. 231-259.

_____; _____. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 168 (2013).

_____. Uma sociedade colonial em expansão. O Maranhão e o Grão-Pará de meados do século XVII a meados do século XVIII. In: HULSMAN, Lodewijk A. H.; CRUZ, Maria Odileiz Sousa (orgs.). *Fazenda e Trabalho na Amazônia, mão de obra nas Guianas: o caso de Berbice (1726-1736)*. Boa Vista: EDUFRR, 2016, pp. 13-39.

COELHO, Ronny Pereira. Comunicação Política: Governadores e a Câmara de São Luís e de Belém na documentação do AHU (Século XVII). *Revista Anagrama*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013, vol. 6.

CORRÊA, Helidacy M. Muniz. *“Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”*: o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). (Tese de Doutorado) – UFF, Niterói, 2011.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: Cultura e simbolismo nas Paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, pp. 92-123.

DIAS, Joel Santos. *Os Verdadeiros conservadores do Estado do Maranhão: poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)*. (Dissertação de Mestrado) – UFPA, Belém, 2008.

ENES, Tiago. *De como administrar cidades e governar impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)*. (Dissertação de mestrado) – UFF, Niterói, 2010.

FEIO, David Salomão. *As câmaras municipais: administração, elites e exercício do poder local na Amazônia colonial (1707-1722)*. (Monografia de Graduação) – UFPA, Belém, 2007.

_____. *O nó da rede de ‘apaniguados’: oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - UFPA, Belém, 2013.

FONSECA, Cláudia Damasceno da. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *Urbs e Civitas: A formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Vol. 20. n. 1. jan.-jun. 2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal*. São Paulo: Global: 2003 [1933].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

LEPETIT, Bernard. *Por uma Nova História Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MARQUES, Cesar A. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro. D.A.S.P., Serviço de Documentação, 1960, 395 p.

- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)* (Dissertação de Mestrado) – UFPA, Belém, 2011.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um ‘outro’ geográfico. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 13 e 14 (dezembro de 2002), pp. 360-369.
- MOTA, Antonia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. *São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a lei das Sesmarias*. São Luís: Fundação Cultural do Município, 1997.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: EBRASA, 1971.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. *Evolução política do Brasil: e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1942].
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1928].
- SANTOS, Flávio V. dos. “A reação dos ‘cidadãos’ do Estado do Maranhão aos “maus procedimentos” do governador João da Maia da Gama (1722-1728)”. *Anais da XXIV Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba: SBPH, 2004, pp. 149-155.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 32, n. 2 (2006), pp. 43-63.
- VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1695)*. São Luís: ACM, 1984.
- XIMENDES, Carlos Alberto. *Sob a mira da câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)*. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em História) - UFF, 2010.

GUERRA E ESPIONAGEM: SEGREDO E FORÇA DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

Raquel Anne Lima de Assis¹

HASTING, Max. **The Secret War: Spies, ciphers, and guerrillas 1939-1945**. New York: HarperCollins Publishers, 2015.

Na obra *The Secret War: Spies, ciphers, and guerrillas 1939-1945*, Max Hasting procura apresentar como ocorreram as batalhas da guerra secreta entre o Eixo e os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de abordar como esses países empreenderam atividades de inteligência, espionagem e sabotagem para elaboração de estratégias e auxiliar no esforço de guerra.

Max Hasting é um historiador militar, mas que também trabalhou como jornalista fazendo a cobertura de guerras, como no Vietnã e nas ilhas Falkands. Além de ter trabalhado como editor dos jornais *Daily Telegraph* e *Evening Standard*. Pelos seus trabalhos recebeu, em 2002, o título de Cavaleiro da Ordem do Império Britânico. Atualmente vive em West Berkshire, na Inglaterra. Entre algumas de suas obras estão: *Operação Overlord - O Dia D e a Batalha da Normandia 1944* (2012) e *Catástrofe 1914: A Europa Vai à Guerra* (2014).

Hasting nos mostra como os serviços secretos dos Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética, Alemanha e Japão empreenderam atividades durante o conflito através da codificação de sinais, reconhecimento aéreo, infiltração de agentes e informantes em território inimigo e em ações de guerrilha. O propósito desses países era coletar informações, interpretá-las e analisá-las para elaborar estratégias, fortalecer o esforço de guerra e aumentar a moral da população local. Para isso, diversas

¹ Doutoranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Sergipe.

instituições foram criadas ou aprimoradas, caracterizando uma profissionalização e institucionalização desses órgãos.

Na obra podemos observar claramente como os Aliados foram melhores nessa guerra secreta, lavando, assim, a vitória. Entretanto, não foi o fator determinante, sem força e logística superiores de nada adiantaria um serviço secreto mais desenvolvido e eficiente. Foi um elemento importante que combinado com sua superioridade no campo de batalha ajudou EUA, Inglaterra e URSS a vencer a Alemanha e o Japão.

Cada um destes se destacou em um tipo de atividade. A Inglaterra foi superior na decodificação de sinais por meio da máquina Ultra, capaz de decodificar mensagens alemãs do codificador Enigma. Parte do seu sucesso foi graças também pela capacidade de manter segredo sobre esse triunfo. Pois, os alemães não desconfiaram que seus códigos tinham sido desvendados.

Não na mesma proporção, os americanos tiveram alguns sucessos na inteligência de sinais contra os japoneses. Mas, se destacaram ainda mais no setor de Pesquisa e Análise do *Office of Strategic Service* (OSS), a agência de espionagem norte-americana, ao analisar diferentes informações sobre o inimigo, como por exemplo, a situação econômica. Embora não influenciou significativamente políticos e generais a tomarem certas decisões.

Já os soviéticos eram habilidosos em infiltrar agentes e informantes em território inimigo e criar conspirações. Inclusive, um dos seus maiores feitos de espionagem durante o conflito foi coletar informações sobre o *Projeto Manhattan* nos Estados Unidos, o que ajudou a acelerar a produção de sua própria bomba atômica no início da Guerra Fria, em 1949. Isso demonstra como a URSS possuía desconfianças sobre seus aliados, por isso não deixou de espioná-los. Enquanto os EUA e a Inglaterra não tinham essa preocupação, o primeiro estava voltado principalmente para teatro do Extremo Oriente e o segundo para os alemães.

Mas, apesar da superioridade dos Aliados, a guerra secreta não foi unilateral, o Eixo teve alguns êxitos. Conseguiram, por exemplo, decodificar alguns sinais ingleses.

Assim como foram habilidosos em suas atividades de contrainteligência e contraespionagem. Muitos espões ingleses foram capturados e mortos, falhando, desta forma, em infiltrar informantes no Terceiro Reich. Entretanto, as falhas dos alemães foram superiores a suas habilidades. Seus espões eram despreparados, não conseguiram descobrir que o Enigma foi decodificado e foram alvos de desinformação no desembarque da Normandia, o que impediu que descobrissem onde e quando seria o ataque.

Outro tipo de atividade realizada pelos Aliados eram as guerrilhas e sabotagens em ações conjuntas entre suas agências e a resistência local. Segundo Max Hasting, essas ações não tiveram efeito estratégicos e nem ajudaram no esforço de guerra de forma satisfatória. Sua importância estava em ajudar a moral da população local ao acreditar na vitória dos Aliados e na sua libertação. Mesmo assim, esse feito foi limitado aos países ocidentais. No Extremo Oriente os ingleses eram mal vistos por habitantes devido às suas pretensões colonialistas, o que dificultou a parceria entre a agência de espionagem britânica, o *Special Operations Executive* (SOE), e essas pessoas.

Tais intenções imperialistas criaram tensões também com o aliado, os Estados Unidos. Pensando na conjuntura internacional no pós-guerra, os britânicos pretendiam restaurar a Ordem anterior de dominação imperial, enquanto os americanos queriam livre comércio com esses países. Portanto, esses diferentes interesses geraram tensões entre seus serviços de inteligência, que em alguns momentos escondiam segredos um do outro.

Apesar disso, eles mantiveram uma relação de parceria mais significativa que os demais países, principalmente comparado ao Eixo. Exemplo do triunfo dessa aliança foi o Dia D. Isso indica uma característica das sociedades democráticas. Países mais abertos aceitavam melhores as evidências, mesmo que os contrariassem. Diferente dos Estados ditatoriais em que seus ditadores, como Stalin e Hitler, não poderia ser contrariado, pois isso poderia levar à ações de repressões como prisões e assassinatos daqueles que não traziam “as boas novas”. Portanto, esses governos ignoraram informações que poderiam ajudá-los em melhores estratégias.

Sendo assim, com essa obra podemos observar diferentes aspectos que envolvem a guerra secreta. Mesmo tendo um vencedor ao final, batalhas foram perdidas e vencidas por ambos lados. O que diferencia é que os Aliados tiveram mais vitórias e acertos que o Eixo. Essa abordagem abrangente é um dos pontos positivos do trabalho de Max Hasting. Com ele podemos estudar a história da Segunda Guerra Mundial em uma perspectiva pouco explorada pela maioria dos autores, as lutas nas salas de decodificação ou de agentes infiltrados que precisavam mentir e enganar para sobreviver. Ou seja, a guerra silenciosa sem tanques, bombardeios e canhões, mas de inteligência e dissimulação.

Por fim, outro ponto positivo da obra é que o autor consegue abordar esse tema da espionagem sem sensacionalismo e romantismo. Hasting utiliza os métodos do historiador para contar a história o mais próximo da realidade e sem criar heróis. Por isso, seu trabalho é ideal para alunos, professores e pesquisadores interessados em Segunda Guerra Mundial, Relações Internacionais, serviço secreto, inteligência e espionagem.

ENTREVISTA

DILTON CÂNDIDO SANTOS MAYNARD (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)

Espacialidades: Primeiramente, gostaríamos de agradecer a disponibilidade do senhor em nos conceder essa entrevista e pedir para que o senhor falasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica e como surgiu o interesse de trabalhar com temas sobre a História do Tempo Presente e ciberespaço.

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard:

Eu sou licenciado em História e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós-Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2008, sou professor da Universidade Federal de Sergipe, na qual ministro aulas de História Moderna e História Contemporânea. Na UFRJ, sou professor colaborador do Programa de História Comparada, orientando trabalhos que envolvem temáticas como extremismos políticos, ciberespaço e Segunda Guerra Mundial. Atualmente, estou como Pró-Reitor de Graduação, numa experiência bastante enriquecedora de gestão.

Bem, o meu interesse pelo Tempo Presente surgiu ainda nas leituras que fiz de um livro que marcou a minha trajetória: **“A Apologia da História”**, de Marc Bloch. A coragem do historiador francês e a sua paixão pelas coisas à sua volta me mostravam a importância de pensar o tempo presente. Como atuei certo tempo como professor de Sociologia em instituições privadas (antes de ir para a UFS), reflexões sobre os usos da internet passaram a ser cada vez mais frequentes nas minhas aulas. Juntar a História era comum, necessário mesmo, para **que** aqueles fenômenos fossem estudados. Depois, quando fiz o meu concurso para professor de História Contemporânea da UFS, apresentei o

projeto “**Intolerância.com: uma história do neofascismo na Internet(1996-2008)**”, numa abordagem típica do Tempo Presente. Lembro que ouvi de um dos integrantes da banca – numa arguição que ajudou muito a melhorar a proposta inicial – o seguinte comentário: “Professor, isto aí que o senhor propõe é estudar meia dúzia de gatos pingados”. E eu respondi: “No começo dos anos 1920, Adolf Hitler era um dos primeiros integrantes de um então inexpressivo Partido Nazista. Veja no que deu”. Depois do que assistimos no Brasil, nos EUA e na Europa, acho que é inegável a pertinência daquela proposta inicial. Já naquela época, eu estava bastante influenciado pelas pesquisas e propostas de **Francisco Carlos Teixeira da Silva**, pesquisador que abriu as clareiras para os estudos do Tempo Presente no Brasil, criando na UFRJ o Laboratório do Tempo Presente. Decidi que, se fosse aprovado, iniciaria algo semelhante na UFS. E foi assim que criei o Grupo de Estudos do Tempo Presente, o GET. Desde então, tenho realizado parcerias com pesquisadores de várias instituições e os trabalhos envolvendo o tempo presente apresentam um crescimento expressivo, bem como o interesse de historiadores pelas coisas do ciberespaço. Acho que, ao ter investido em pesquisas com este enfoque há mais de 10 anos atrás, de alguma, forma colaborei para o campo e isso é algo que me dá um sentimento de satisfação muito grande.

Espacialidades: Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre seus novos projetos envolvendo o GET - Grupo de Estudos do Tempo Presente, e principalmente sobre o projeto "Pearl Harbor brasileiro": O cotidiano em Sergipe na Segunda Guerra (1942-1945)".

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard:

"Pearl Harbor brasileiro": O cotidiano em Sergipe na Segunda Guerra (1942-1945)" é o meu projeto de bolsa produtividade, tendo sido contemplado também com o Edital Universal. É um projeto amplo, voltado a cobrir diferentes aspectos em torno dos ataques sofridos pelos navios mercantes

brasileiros resultantes da ação do submarino alemão U-507 na Segunda Guerra Mundial. Poucas cidades no Continente Americano foram tocadas pela Guerra como Aracaju. Quantas delas vivenciaram, de fato, um ataque ou os frutos de um ataque? O que Aracaju viveu, o que ocorreu aqui em Sergipe e na Bahia em agosto de 1942, resultou em ato de guerra do Brasil contra o Eixo. Na parte continental da América, talvez este tenha sido o único caso. Centenas de mortos e feridos, 5 embarcações afundadas e um submarino nazista perseguido até ser posto fora de combate. No meu projeto, resolvi buscar analisar menos o acontecimento em si e valorizar os desdobramentos na vida cotidiana. A pesquisa pretende cobrir amplo espectro de coisas e envolve a formação de alunos nos três níveis: graduação, mestrado e doutorado.

Espacialidades: Em sua tese de doutorado “O senhor da pedra: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980)”, é feita uma análise sobre as representações de Delmiro Gouveia. Sendo assim, quais as representações que foram perpetuadas sobre Gouveia e como sua memória é reinterpretada por diferentes escritores?

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard:

Delmiro Gouveia continua como um modernizador. Para mim, essa ainda é a representação mais forte. Na tese, que depois virou livro publicado pela Editora do Senado Federal, analiso diferentes leituras de Delmiro, todas elas amarradas a uma interpretação trágica da trajetória do Nordeste, sobretudo do Sertão. Ele foi visto por Mário de Andrade como “Antônio Conselheiro do Trabalho”, chamou a atenção de Graciliano Ramos e Oliveira Lima. Em todos os casos, o forte traço autoritário era justificado pela necessidade de mudar as coisas. Mudar a paisagem, mudar a tecnologia, mudar os hábitos, mudar as pessoas. As memórias da violência cotidiana imposto por Delmiro foram soterradas por seu mito. Depois, a partir das impressões iniciais, se perpetuou uma leitura mais simples e utilitária dele, observada por **Telma Correia de Barros** em sua obra. O que percebo nos escritores que resolveram narrar a vida daquele cearense é uma repetição que alimenta ainda mais o seu mito. As

suas biografias praticamente não ousam sair da linha interpretativa já proposta, mesmo com a possibilidade de nova documentação. Ao contrário, Gouveia responde por várias coisas: ele é o avatar da civilização, o arquiteto a melhorar corpos dos camponeses incultos e suas práticas, inspira o processo de aproveitamento das águas do S. Francisco – aparece na voz de Luiz Gonzaga na canção “Paulo Afonso”, de 1955: “Delmiro deu a ideia/Apolônio Aproveitô/Getúlio fez o decreto/E Dutra realizou”. Entre os seus estudiosos, a maioria absoluta ainda é de diletantes. Mas considero o trabalho de **Edvaldo Nascimento**, fruto da sua dissertação de Mestrado em Educação na UFAL, um texto que destoa das interpretações e coloca problemas antes não apresentados. Aliás, o professor Nascimento tem feito um trabalho elogiável publicando fontes sobre a história de Delmiro e do Sertão.

Espacialidades: Uma das casas de morada de Delmiro Gouveia foi escolhida para ser a sede do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais por Gilberto Freyre. A respeito disso, é possível dizer que o espaço foi ressignificado com o intuito de perpetuar a memória de Delmiro Gouveia?

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard:

Acredito que a presença de Gilberto Freyre como um dos articuladores do projeto em torno da FUNDAJ ajuda a explicar. A famosa casa de Delmiro no Recife ficava próxima da residência do próprio Freyre, na mesma via, no bairro de Apipucos. Penso que retomar o espaço que marcou a capital pernambucana no fim dos oitocentos pelas sobras de artes, personalidades que recebeu e sarasus que comportou, se encaixa na perspectiva de Freyre para construir uma memória sentimental do Recife e dos tempos do açúcar.

Espacialidades: Gouveia ficou conhecido como um dos “modernizadores dos sertões”, sendo, inclusive, homenageado quando houve a nomeação da cidade de Delmiro Gouveia, no sertão alagoano. Como o senhor percebe a figura de Delmiro

aparece nos debates sobre a modernização do nordeste brasileiro, sobretudo do sertão?

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard:

É impressionante a quantidade de vezes e lugares em que Delmiro é evocado, reverenciado até. É uma personalidade que consegue ser alvo de apologia entre comunistas e militares em pleno período de ditadura civil-militar no Brasil. Há elogios a Delmiro na obra de comunistas como **Otávio Brandão**, mas também é possível encontrar homenagens a ele em instituições como o SEBRAE. Sobre ele, foram produzidas mais de uma dezena de biografias, pelo menos dois filmes, uma peça de teatro, cordéis, um samba-enredo, além de uma farta iconografia. Aliás, o dia do empresário brasileiro é justamente a data de aniversário de Gouveia.

Espacialidades: O senhor trabalhou, mais recentemente, com diferentes questões que envolvem o ciberespaço. Analisando as últimas eleições, podemos perceber que o ciberespaço foi um local de amplo debate e confronto, tanto entre candidatos como seus eleitores. Visto isso, qual paralelo pode ser feito entre o ciberespaço e as (novas) relações políticas, tanto no âmbito nacional quanto internacional?

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard:

O ciberespaço cumpriu papel central nas últimas eleições. Podemos falar do Brasil, em 2018, dos EUA, em 2016. Nos dois casos, o espanto foi geral. São sociedades altamente conectadas, nada perto da intensidade de uma Estônia, é verdade – lá até a eleição é feita on-line. Ao mesmo tempo, é importante não depositarmos toda a culpa ou méritos dos processos eleitorais no ciberespaço. Casos como o da **Primavera Árabe**, em 2011, precisam ser melhor dimensionados. O simples fato de ser um sucesso na rede não implica em sucesso eleitoral. Acredito que pesquisadores como **Evgeny Morozov** têm razão ao exigir uma reflexão mais apurada sobre os desdobramentos da Internet e das ilusões criadas sobre o seu uso. E o sucesso de um movimento na Internet, necessariamente, não implica em compromisso com valores

democráticos. A diversidade de pautas, a variedade de perspectivas, aparecem em ações de grupos como os **Black-Blocs** ou **Anonymous**, por exemplo. Reduzir esses personagens a meros usuários das redes sociais é um erro.

No entanto, no que concerne às recentes eleições presidenciais no Brasil e nos EUA, ao mesmo tempo em que percebemos um uso intenso das redes sociais, também chamou a atenção o desconhecimento de recursos que elas oferecem. A explosão das fake news é o sinal mais evidente. O fato de termos cada vez mais “analistas” políticos no **Facebook** e no **Youtube** e, ao mesmo tempo, assistirmos a ataques cotidianos destas mesmas pessoas aos cursos das Humanidades que, em tese, formariam esses mesmos analistas evidencia a contradição que hoje experimentamos. O Youtube deu voz a analistas políticos que desprezam o estudo da política, desqualificam a própria política, elevou a pretensos especialistas em relações exteriores pessoas que nunca abriram um livro de relações internacionais, transformou em celebridades historiadores que não citam as suas fontes e desqualificam desde o princípio o todos os trabalhos que não convergem para aquilo que lhes causa satisfação. Historiadores que, desde o começo, se apegam a um positivismo tacanho e fogem da crítica histórica aos gritos. Umberto Eco observou esse fenômeno muito bem.

Espacialidades: No tocante à questão da metodologia da pesquisa do senhor sobre o tempo presente, ao estudar a extrema direita na América do Sul através de fontes disponíveis no Orkut, antiga rede social. Gostaríamos que o senhor falasse sobre o processo metodológico que envolve o uso dessas fontes oriundas da Internet e o desafio do historiador em trabalhar com elas, tendo em vista serem tão instáveis.

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard:

Confesso que uma das pessoas que mais me provocou a pensar sobre o problema da metodologia para fontes eletrônicas foi **Margarida Oliveira**, da UFRN, que sempre que pôde colocou o problema para mim e pediu que eu discutisse isso com ela e seus alunos ou em eventos que ela organizou. A

necessidade de transformar em texto o que eu fazia em termos de procedimentos ajudou, e muito, a encorpar as minhas próprias reflexões. Quando comecei com alguns alunos a estudar ambientes como o Orkut, ainda em 2008, as dificuldades eram grandes, até mesmo do ponto de vista jurídico. A Internet é um lugar ou um meio de comunicação? A depender da resposta, a lei tem encaminhamentos distintos. A necessidade nos fez entender que era preciso criar uma metodologia própria, construir protocolos de coleta próprios. O nosso se chamou **Códex** – um ambiente eletrônico no qual inseríamos informações sobre os sites que estudávamos. Aquilo foi importante para desmistificar a ideia de que não era viável pesquisar o mundo telemático. De minha parte, penso que para o historiador que lida com fontes eletrônicas, o desafio é grande, mas não intransponível. Num primeiro momento, o fato de lidarmos com fontes “instáveis” gera um grande problema. Mas, talvez, o problema seja superdimensionado. Talvez tenhamos esquecido um detalhe: nunca houve nenhum trabalho, nenhum historiador, que tenha usado tudo o que restou sobre o tempo que ele estudou. Alguém pode até reunir tudo o que restou de uma civilização, comunidade ou personalidade. Um pesquisador pode dizer: “Veja, reuni aqui tudo o que restou sobre **esse** evento político: jornais, revistas, diários, cartas, registros fonográficos e filmes. Nada fugiu do meu alcance”. Ele pode até estar certo, mas o que foi recolhido é tão somente aquilo que sobrou de um tempo, de um momento. Não é tudo. Porque a reconstrução do passado, tal e qual, é impossível. Pois bem: então, por quais razões, cobramos isso quando se tratam de fontes eletrônicas? O que o historiador encontrará ao pesquisar sobre o Orkut, sobre uma página de um grupo político ou acerca dos usos que determinadas pessoas fazem da/na Internet é também tão somente aquilo que sobrou de um tempo, de um momento. Assim, considero que os procedimentos clássicos de crítica histórica devem permanecer de pé, precisam continuar a ser seriamente observados. No entanto, precisamos entender que, assim como o filme, a imagem iconográfica ou a literatura, a Internet possui particularidades que exigem preparo e reflexão para serem utilizadas. Uma constatação é a de que

termos uma aproximação com colegas da computação é algo positivo, pois podemos aprender com eles mecanismos de coleta e classificação de documentos. A emergência das chamadas **Digital Humanities** põe em evidência a importância do diálogo entre os mais diferentes campos do saber. E o que encontramos já no primeiro número dos **“Annales”** lançados por M. Bloch e L. Febvre? Não foi justamente este canto interdisciplinar? Em minhas pesquisas, tenho contado com apoio de gente que entende de sistemas, colegas da sociologia, da antropologia e até da matemática. O importante para a minha pesquisa é o que sairá como seu produto final: será um trabalho de interpretação histórica produzido com atento rigor na análise da documentação selecionada.

APRESENTAÇÃO DAS FONTES

O historiador se baseia em fontes que abordam determinadas épocas, que tem por objetivo estudar e compreender o universo da mesma, assim, cada fonte pode nos trazer informações sobre determinados sujeitos e períodos. Desta forma, entendemos que as fontes são importantes para o desenvolvimento de novos trabalhos. É nesse sentido, que o volume 14 da Revista Espacialidades, apresenta a segunda parte do corpo documental referente à história da escravidão no Ceará. Tais fontes são documentos ligados à compra e venda de escravos no estado, ao longo do século XIX, entre os anos de 1843 a 1879. O intuito maior é promover a divulgação desse material, de modo que possa colaborar com pesquisas em andamento ou pesquisas futuras.

Livro		Fls e nº da escritura: 26 V a 2 Nº da escritura 48
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	16/05/1871	
Local	Fortaleza – CE	
	<i>Nome do escravo Vicencia / Damiana, João, Miguel/ Anna, Francisco Romão, Antônio.</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Frederico Teixeira Coutinho / João Brigido dos Santos	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> José Antonio de Moura Cavalcante / Bernardo José Pereira	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 2:600\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de sete escravos de nomes Vicencia e seus filhos Damiana, João e Miguel, e Anna e seus filhos Francisco Romão e Antonio, que a José Antonio de Moura Cavalcante, faz Frederico Teixeira Coutinho, por seu procurador João Brigido dos Santos, todos pela quantia de como abaixo se declara.	
	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i>	

Dados dos integrantes do registro.	<i>Proprietário e morador no Rio de Janeiro/ Advogado nesta cidade</i>
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Agricultor e morador no termo de Maranguape/ Negociante</i>
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Anna Mussú: 20 anos, solteira, sem ofício Francisco Romão: 4 a 5 anos de idade Antônio: 1 ano de idade Vicencia: 20 anos, solteira, sem ofício Damiana: 5 anos João: 3 anos Miguel: 1 ano. Todos pretos e naturais desta freguesia
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Veriato Ferreira Barreto/ Justino Francisco Xavier</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> 3000 réis
Imposto (Tesouraria)	Não há imposto
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> O vendedor Frederico Teixeira Coutinho herda da finada Dona Francisca Agrella Gouveia os escravos acima citados. Suponho que o imposto seja de 240 mil réis, levando em consideração 30 mil réis cada escravo. Procuração do comprador feita em 26 de abril de 1871 em Fortaleza
Preenchido por: dia / /	

Livro		Fls e n° de escritura: 27 v a 28 f /N° de escritura 49
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	07/06/1871	
Local	Fortaleza – CE	

	<i>Nome do escravo: Bazilio</i>
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Gonçalo da Silva Saldanha Granja / Manoel Carlos Peixoto Junior
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Jacob Cahm
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1:000\$000</i>
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i>
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Proprietário e morador no termo da Villa de Jaguaribe Mirim</i>
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Negociante e morador nesta mesma cidade</i>
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Preto, 18 anos, solteiro, sem ofício, natural da Freguesia de Jaguaribe Mirim
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Antonio Manoel da Costa/ Leopoldo de Alencar</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 1000 réis</i>
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> Procuração em 30 de maio de 1871 na Vila de Jaguaribe Mirim, comarca de Quixeramobim.

Preenchido por:
 dia / /

Livro	357	28 f a 28 v; nº da escritura 51
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	09/ 06/ 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Antonio</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> João Leite Farias	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Jacob Cahm	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 890\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i>	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Inhamuns, credor e negociante</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Morador e negociante nesta capital</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Antonio, pardo, 32 anos de idade, solteiro, sem ofício e natural da freguesia de São João do Principe.	
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>	
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i>	

	Leopoldo Leonel Alencar e Viriato Frreira Barreto
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 1.000 réis</i>
Imposto (Tesouraria)	Trinta mil reis de imposto
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i>
Preenchido por: Marcos Renan Praciano da Silva dia 18 /06 /2008	

Livro	357	Fls nº: N° da escritura 52/ 28 V a 29 F
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	Junho de 1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Germano	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Procurador: José de Freitas Ramos/Vendedor: Rufino Antônio de Menezes	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Jacob Cahm,	
	Quantia paga pelo escravo: 1:100\$000	
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de um escravo de nome Germano que á Jacob Cahm, faz Rufino Antonio de Menezes, por seu procurador Jose de Freitas Ramos, pela quantia de 1:100\$000 rs	
	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).	

Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/Agricultor e morador no termo de Baturite</i>
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Negociante e morador nesta capital</i>
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Germano de cor Fula, de 18 anos de idade, solteiro, sem officio, e natural dessa ta provincia.
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas. Leopoldo Lonel de Alencar, Victor de Augusto Neponoceno</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 2.000</i>
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> Procuração em 07 de junho de 1871 em Baturité
Preenchido por: N.A dia / /	

Livro	357	Fls nº: 29 F a 29 V/ nº da escritura 53
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	28/06/1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Luis</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> João Viera Baptista/ Procurador: Vicente Alves Tocantins	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Bento Pereira Mendes	

	Quantia paga pelo escravo: 700\$000.
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de um escravo, de nome Luis, que a Bento Pereira Mendes faz João Viera Baptista por seu procurador Vicente Alves Tocantins, pela quantia 700\$000.
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).
	Creador e morador do termo da Telha
	Comprador/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).
	Morador nesta mesma cidade
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Cor fula, de doze anos de idade, natural da freguesia da Telha.
Matrícula do Escravo	Não há.
Assinaturas	Testemunhas. Viriato Ferreira Barreto/ Lesko Belmino de Sousa
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	(Em Réis) Não há selo; parece que se despregou
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia). Procuração em 31 de maio de 1871 na Vila da Telha.
Preenchido por: dia / /	

Livro		Fls nº: 30 f/ nº da escritura 54
Natureza do registro	(escritura de compra e venda)	
Data do registro	01/07/1871	
Local	Fortaleza	

	Nome do escravo: Sebastião
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Manoel Joaquim Pereira Júnior
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Rolim & Sobr ^o .
	Quantia paga pelo escravo: 800\$000
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda sob a condição de um escravo de nome Sebastião que a Maura Rolim & Sobr ^o . faz Manoel Joaquim Pereira Junior pela quantia de 800\$000 rs
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).
	Guarda livros e morador nesta mesma cidade
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).
	Negociantse e moradora nesta cidade
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Sebastião, preto, de treze annos de idade, solteiro, sem officio e natural da freguezia de Baturité.
Matrícula do Escravo	Não há.
Assinaturas	Testemunhas. Viriato Ferreira Barreto, Filippe José Santiago
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	(Em Réis) 800 réis
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia). Condição:

	“ poder elle vendedor reaver o referido escravo dentro do dito praso de oito mezes, contados da data da letra se fizer integral pagamento, em moeda corrente e caso não faça ficará então a venda completa e effectuada”
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls n° da escritura: 30 F a 31 F/ 55
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	17/07/1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Benedicta e seu filho Pedro</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Francisco Manuel de Marias Bastos	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Jose Januário Fegueira Linhares	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1: 250\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de dous escravos de nome Benedicta e seu filho Pedro que á Jose Januario Fegueira Linhares faz Francisco Manuel de Marias Bastos, pela quantia de 1:250\$000 rs.	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Proprietário e morador da Vila de Sant'Anna</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Negociante nesta mesma capital</i>	

Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Benedicta: preta, 27 annos, preto, solteiro, sem officio. Pedro, 3 annos, natural desta provincia.
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas.iu Leopoldo Leonel de Alencar Viriato Ferreira Barreto</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> 2.000 réis
Imposto (Tesouraria)	60 mil réis
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> Procuração 02 de outubro de 1870 nesta Villa.
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 31 f / Nº da escritura 56
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	18/071871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Vicente</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Manoel Cavalcante de Albuquerque	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Jacob Cahm	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1:2500,,000</i>	

	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de um escravo de nome Vicente que a Jacob Cahm faz Manoel Cavalcante de Albuquerque, pela quantia de 1:2500\$000 rs.
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Negociante e morador nesta vila de São João do Príncipe</i> <i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Negociante e morador nesta cidade</i>
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Vicente: preto, 19 anos, solteiro, sem ofício e natural de São João do Príncipe
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Veriato Pereira Barreto e Leopoldo Leonel de Alencar</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis) Os dois selos descolaram</i>
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i>
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 31 V/ N° ESC 57
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	19/07/1871	
Local	Fortaleza	

	Nome do escravo: Maria
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Vigário Miguel Francisco da Frota
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): D. Anna Joaquina de Freitas Barros
	Quantia paga pelo escravo: 750,,000
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de uma escrava de nome Maria que á D. Anna Joaquina de Freitas Barros faz o Vigário Miguel Francisco da Frota pela q ^{ta} de 750\$000 rs.
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).
	Morador nesta mesma cidade
	Comprador/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).
	Proprietária e moradora nesta cidade
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Maria, preta, de trinta e dois annos de idade, solteira, sem officio e natural desta provincia.
Matrícula do Escravo	Não há.
Assinaturas	Testemunhas. Veriato Pereira Barreto
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	(Em Réis) 800 réis
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia)
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 31 V a 32 F/ Nº da escritura 58
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	19/07/ 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Vicencia com um filho de nome Miguel</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Joao Francisco de Paula	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> D.Theresa de Jesus Maria	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1:500\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de uma escrava de nome Vicencia com um filho de nome Miguel que á D.Theresa de Jesus Maria faz Joao Francisco de Paula pela quantia de um conto e quinhentos mil reis.	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Agricultor e morador neste termo</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Proprietário e morador neste termo</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Vicencia: preta, 29 anos de idade, solteira, sem officio, e seu filho de nome Miguel, preto, 8 annos, e ambos naturais desta freguesia.	
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>	
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Veriato Ferreira Barreto e Antonio Garcia de Abreu</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 2.000</i>	

Imposto (Tesouraria)	60 mil réis
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia)</i>
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 32 f a 32 v / N° da ESC 59
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	19/07/1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Jose</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Manoel Thiago de Araújo/ Tenente Coronel Jose Fernandes de Araujo Vianna	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Vigario Antonio Xavier Maria de Castro	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 600\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de uma escravinho de nome José que ao Vigario Antonio Xavier Maria de Castro faz Manoel Thiago de Araujo pela quantia de	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Empregado Público na Villa do Acaracu</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Morador na mesma Vila, Acaracu</i>	

Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> José: preto, 9 annos de idade e natural da freguesia d'aquela Villa Acaracu
Matrícula do Escravo	<i>Não há</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Veriato Pereira Barreto e Miguel Francisco Bastos</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 600 réis. O selo está solto.</i>
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> Procuração em 8 de maio de 1871 em Acaracú
Preenchido por:	dia / /

Livro	357	Fls nº: 33 f a 33 v/ nº da ESC 60
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	19/07/1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Antonio</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Antonio Soares Leitão/ Ariano & Irmãos	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Thelesforo Marques da Silva	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1:000\$000</i>	

	<p><i>(transcrição integral do cabeçalho)</i></p> <p>Escritura de venda de um escravo de nome Antonio, que á Thelesforo Marques da Silva jor. faz Antonio Soares Leitão por seus procuradores Ariano & Irmãos pela quantia de 1:000\$000</p>
Dados dos integrantes do registro.	<p>Vendedor/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).</p> <p>Creador e morador no Termo do Saboeiro</p> <p>Comprador/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).</p> <p>Proprietário e morador nesta mesma cidade</p>
Características do Escravo	<p><i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i></p> <p>Antonio: preto, 30 annos, solteiro, sem officio e natural da freguesia do Saboeiro</p>
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<p><i>Testemunhas.</i></p> <p><i>Veriato Pereira Barreto e Miguel Francisco Bastos</i></p>
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> 1.000 réis
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	<p><i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i></p> <p>Procuração em 04 de julho de 1871 na Villa do Saboeiro</p>
Preenchido por: dia / /	